

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

Nº 160 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2001 ANO XXVII

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE OUTUBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Antonio Anibelli e Pastor Edson Praczyk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, verificando que não há existência de quórum para abertura da Sessão, uma vez que não temos 18 parlamentares no plenário, eu gostaria de requerer a V. Exa. que desse por aberta e encerrada a Sessão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o deputado Ademar Traiano disse, com toda clareza, que a Sessão já foi aberta por V. Exa. A Sessão, evidentemente, está aberta, está em

andamento e V. Exa. já determinou a leitura da ata da última Sessão.

O que pode acontecer é que, após a leitura da Ata o deputado peça verificação de quórum, para aprovação da Ata.

V. Exa. agiu bem, abriu a Sessão e deu prosseguimento à leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura da Ata.

Em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Discutir**)

Senhor presidente, eu entendo que a leitura da Ata feita pelo ilustre deputado Pastor Edson, parece-me que faltou algum detalhamento maior no que diz respeito a alguns encaminhamentos que fizemos, na tarde de ontem.

Porque, se não me falha a memória, senhor presidente, esta Ata se refere à Sessão do dia de ontem e eu não percebo, nesta apresentação, que conste, por exemplo, o posicionamento, e perdoe-me se eu estiver equivocado, mas parece-me que não consta a manifestação que fez o deputado Nereu Moura, que fez posteriormente o deputado Cezar Silvestri, em nome dele e também em meu nome, com referência a um voto contrário a um projeto oriundo de mensagem do governador, que transfere o município de Saudade do Iguaçu, da região administrativa, do médio centro-oeste, com sede em Laranjeiras do Sul, para... o deputado Durval está sorridente demais, eu não sei por que... para o município de Pato Branco. Confesso que não ouvi essa colocação. Mais ainda, senhor presidente, não observei que tenha sido retratado, no inteiro teor, a manifestação que fizemos na tribuna da Assembléia, quando falamos acerca da morte do eminente paranaense, Nacib Jabur. Parece-me que passou-se, muito rapidamente, sobre o assunto.

A questão da nossa mensagem ao funcionário público. Não retrata também, com profundidade, na minha opinião, tudo aquilo que falamos acerca da privatização da Copel, no dia de ontem. Também observo, pelo que eu pude ouvir e talvez seja até necessário uma nova leitura da Ata, para que eu possa dirimir as minhas dúvidas.

Não ouvi também as considerações mais bem colocadas e explanadas acerca do que disse a deputada Luciana Rafagnin, sobre o encontro que tivemos, na manhã de hoje, nas dependências do CEFET, com mais de 600 agricultores e agricultoras, o Encontro da Frente-Sul da Agricultura Familiar.

Portanto, senhor presidente, eu indago a V. Exa. em questão de ordem agora, já que estava se discutindo a Ata, se é possível que V. Exa. determine a leitura da Ata novamente, porque confesso que não estou satisfeito com a transcrição na Ata, daquilo que pessoalmente falei, que falou também o deputado Cezar Silvestri e o deputado Nereu Moura.

Então questiono, em questão de ordem a V. Exa., se é possível que se faça a leitura novamente da Ata da Sessão de ontem.

Era esta a discussão que eu queria fazer e a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Pessuti, na questão de ordem levantada por V. Exa. tem-se por praxe, ler uma síntese da Ata. Obviamente que na síntese não constou o pronunciamento de todos os senhores deputados, não constou tudo o que foi discutido na Sessão de ontem.

Mas, procede a questão de ordem levantada por V. Exa. E se for da sua vontade, poderemos pedir ao senhor 2º secretário que proceda à leitura da Ata na íntegra, para que obviamente o senhor possa ter conhecimento.

Solicito ao senhor 2º secretário que proceda à leitura da Ata.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu só gostaria de fazer uma solicitação ao deputado Pessuti, para que ouvisse a leitura da Ata.

Senão, daqui a pouco ele vai levantar mais uma questão de ordem.

Apenas isto.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Pastor Edson Praczyk**)
(**Procede à leitura da Ata**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. Em discussão. Em votação.

Deputados favoráveis permaneçam como estão.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Notificação Judicial:

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA VARA FEDERAL DE CURITIBA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

Não vamos vender a Copel, nem privatizá-la.

Entrevista do Governador Jaime Lerner
Gazeta do Povo, 04.02.1996, 5ª página.

Fórum Popular Contra a Venda da Copel, associação civil de direito privado, de caráter cívico, parnista, patriótico, pluralista, suprapartidário, multidisciplinar e democrático, com personalidade jurí-

dica e sem fins lucrativos, que visa articular e promover ações para uma ampla conscientização e mobilização da sociedade paranaense para impedir a venda da Copel, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, Rua doutor Zamenhof, 35 - Alto da Glória - tel: (041) 350-6924;

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Diretório do Estado do Paraná, por seu presidente **Roberto Requião de Mello e Silva**, brasileiro, casado, jornalista, bacharel em direito, senador da República, portador da CI/RG nº 258.890-PR título eleitoral nº 879506-55, seção 20, 177 zonal, residente e domiciliado na cidade de Curitiba/PR na Rua Frederico Cantareli, nº 220.

PT - Partido dos Trabalhadores - Diretório do Estado do Paraná, por seu presidente **André Vargas**, brasileiro, divorciado, comerciante, portador da CI/RG nº 3895742-2, residente e domiciliado à Rua Ieda P. Ferreira nº 95, ap. 2534, residencial Catuaí, Londrina, Paraná;

PDT - Partido Democrático Trabalhista - Diretório do Estado do Paraná, por seu presidente **Nelton Miguel Friedrich**, brasileiro, casado, advogado, portador da CI/RG nº 621.903-PR, residente e domiciliado na cidade de Curitiba-PR, na Rua Ernani Santiago de Oliveira, 371, apt. 102; e

PPS - Partido Popular Socialista - Diretório do Estado do Paraná, por seu presidente **Rubens Bueno**, brasileiro, casado, professor, portador do CI/RG nº 588.892/PR, título de eleitor 11.207.330.671, zona 31, seção 28, inscrito no CPF/MF sob nº 187.464.209-59, residente e domiciliado na cidade de Campo Mourão-PR, na Travessa Antônio Sartori, nº 59, Jardim Lourdes; por seu procurador judicial, **Guilherme Amintas Pazzinato da Silva**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PR sob nº 26.014, com escritório profissional à Rua Manoel Ascensão Fernandes nº 137, Bom Retiro, Curitiba, Paraná, onde normalmente recebe intimações e notificações em geral, comparecem respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05.10.1988, dispositivos da Lei 8.666/93, Princípios Gerais da Administração Pública, e demais disposições legais incidentes na espécie.

Notificação Judicial

Com base no artigo 867 e seguintes do Código de Processo Civil, a fim de prevenir responsabilidades, prover a conservação e ressalva de seus direitos e dos cidadãos paranaenses, manifestar intenção de modo formal e expresso, em face das empresas interessadas em participar do leilão da Copel, dentre elas:

Tractbel, empresa belga, podendo ser notificada na 1, Place du Trône, B-1000, Bruxelas, Bélgica, ou através de seu representante na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 1401, Centro, Rio de Janeiro, Capital, CEP 20031-000, tel: (0XX21) 3974-5400/2516-0367 e (0XX21) 2215-1312;

Consórcio VBC Energia S/A, consórcio formado pelas empresas Votorantin, Bradesco e Camargo Corrêa, podendo ser notificada à Av. Engenheiro Luís Carlos Bertrino, 1297, 13º andar, Brooklin, São Paulo, CEP 04571-010;

Companhia Vale do Rio Doce S/A, empresa de energia, mineração, siderurgia e participantes de consórcios, podendo ser notificada à Avenida Graça Aranha, 26, centro, Rio de Janeiro, CEP 20005-900, tel: 0XX21-38144477 e fax: 0XX21-38143040;

GP Investimentos S/C Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 7º andar, São Paulo, Capital, CEP 014452-002 tel: (0xx11) 3449-5505, conforme os fatos e fundamentos jurídicos que a seguir deduzidos:

Da competência da Justiça Federal

É da competência privativa da União “explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão, ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidrelétricos”, conforme disposto no artigo 21, inciso XII, alínea “b” da Constituição Federal.

Diante desta disposição, e pelo fato de que a privatização da Copel está sendo monitorada e acompanhada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, sendo a União o poder concedente, fixa-se a competência para conhecer a matéria da Justiça Federal, conforme disposto no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal:

“Art. 109 - Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”;

Da legitimidade ativa dos Requerentes

O Fórum Popular Contra a Venda da Copel é uma associação civil de direito privado, criada com fim de promover ações para uma ampla conscientização e mobilização da sociedade paranaense **para impedir a venda da Copel**, constituída em 4 de abril de 2001, criada para esse fim, congrega mais de 400 entidades representativas da sociedade brasileira e conseguiu através de grande mobilização popular, um fato inédito na história política do Estado do Paraná, apresentando o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular, com 138.700 (cento e trinta e oito mil e setecentas) assinaturas de cidadãos paranaenses, obtidas em menos de 30 (trinta) dias.

Assim, percebe-se claramente ao manifesto interesse social da causa defendida pelo Requerente, que obteve 138.700 assinaturas em Projeto de Lei de Iniciativa Popular, o primeiro da história do Paraná, e o fato de que o atual Governo do Estado, querer causar um grave dano ao Estado do Paraná, vendendo uma empresa estatal

lucrativa, que presta serviços de alto nível aos cidadãos paranaenses, somente para “tampar um buraco” aberto pela urgência financeira dos atuais governantes.

A legitimidade ativa dos partidos políticos é evidente, uma vez que o pluralismo político, inerente a um país democrático, cabe aos mesmos realizar as mais diversas atividades em defesa do cidadão.

Da legitimidade passiva dos Requeridos

Apesar de existirem notícias diárias de que algumas das empresas ora notificadas podem desistir de participar do leilão da Copel, ou mesmo concorrer na forma de consórcio são notificadas as empresas que atualmente estão participando do processo de desestatização.

Da Notificação

Os notificantes manifestam através da presente, para que não se alegue ignorância e desconhecimento futuro, de que não concordam com o processo de alienação do controle acionário da Companhia Paranaense de Energia - Copel, por várias razões, dentre elas as absolutas inexistência de interesse público, a contrariedade da esmagadora maioria da população paranaense, e também por todo o processo estar eivado de nulidades que motivarão o desfazimento do negócio.

O processo de desestatização da Copel, ou alienação de suas ações, autorizadas pela Lei Estadual nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, iniciou-se em 6 de setembro de 2001, com a publicação do edital nº 001/2001 de alienação do controle acionário da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Apesar do atual Governador do Estado Jaime Lerner reconhecer que a Copel é uma empresa altamente produtiva e competitiva, sendo lucrativa e não causar qualquer tipo de ônus ao Estado do Paraná, além de cumprir com sua função social, que é a de levar energia elétrica para os lugares mais difíceis, mesmo que não tenha lucro com isto, a única justificativa apresentada é a de que hoje é o melhor momento para se vender a estatal, devido ao valor de suas ações.

Afirmam ainda que mesmo que a Copel consiga se manter competitiva daqui a dez anos, o valor de mercado dela cairia, causando desta forma, “prejuízos ao erário público”.

Data vênia, nada mais equivocado que esta justificativa, pois partem de uma premissa errônea para lesar o patrimônio público e fazer frente a dívidas acumuladas nestes últimos 7 (sete) anos de desastroso governo.

Os Notificantes trazem ao conhecimento do Poder Judiciário e também aos interessados tais fatos, públicos e notórios, que vêm gerando grande indignação e repúdio em todos os setores da sociedade civil, veja-se Editorial de um dos jornais de maior circulação em nosso Estado a Folha do Paraná do dia 04.03.2001.

“Já se disse neste espaço que a venda da Copel não estabelecerá maior competitividade no setor e não trará redução do custo de produção que se traduz em benefício

para os consumidores. Também não se sustenta a afirmação de que a Copel não dispõe de recursos para investimentos em novas usinas. Além de ser uma empresa altamente lucrativa, há sempre o recurso da abertura do mercado para novos investidores, e de forma alguma se justifica que a Copel tenha que ser vendida.

Há uma instância governamental em desfazer-se da empresa, mas isto não recorre por nenhum ideal de salvaguarda de interesses do Estado, como tem sido defendido por diretores da empresa, mas porque há ações cativas da Copel em mãos de credores e porque é alta a conta do Estado “no vermelho”. A razão fundamental, portanto, não é outra senão fazer caixa, ademais porque vem se aproximando o final de mandato e não há tempo hábil para colocar as contas em ordem.

Depois de haver legado aos paranaenses a herança do pedágio, mais a dívida elevadíssima do Estado, que comprometerá os governos futuros, afora outras questões delicadas que certamente serão resolvidas - como o ônus dos títulos públicos adquiridos e não honrados e o rombo do Banestado Leasing - a população paranaense espera que o governo do Paraná ao menos preserve o patrimônio que tem e deixe intacta a sua mais importante estatal a Companhia Paranaense de Energia.

Evitar mais um dano para o Estado já será uma grande herança pela qual os cidadãos de agora e do futuro agradecerão...

Não há nenhuma necessidade de vender esse patrimônio, e se isto tiver que ocorrer um dia, haverá de ser após amplo consenso de toda a sociedade paranaense, afinal a proprietária e mantenedora da empresa” (Folha do Paraná, Editorial, 04.03.2001, página 3).

Para aferição do interesse público na venda da Copel, importante se faz a opinião da sociedade, não apenas decisão de burocratas que querem “resolver problemas de caixa (por má administração)”, a custo de prejuízo ao patrimônio público, contas e dívidas com a qual sequer a Copel colaborou.

Ressalte-se que, o processo de privatização e venda da Copel realiza-se agora, a um ano das próximas eleições, por absoluta necessidade de caixa, para pagamento de dívidas, não somente contábil como a da Previdência Estadual, mas também com a sociedade carente de investimentos na área social pelo atual governante Jaime Lerner, conforme é público e notório e até mesmo admitido pelas autoridades responsáveis pela venda da Copel. No entanto, mesmo estes investimentos sociais não justificam a venda da Copel, pois o retorno que esta companhia dá à sociedade civil é muito maior que qualquer outro programa que o Governo do Estado venha a realizar nos próximos anos.

A própria história da Copel em nosso Estado demonstra que esta companhia sempre esteve ao lado dos paranaenses mais pobres, levando energia elétrica para atendimento de pessoas necessitadas.

“Como sociedade de economia mista, a Copel procurava investir em obras de absoluta rentabilidade. Toda-

via por conceber energia elétrica, como serviço público, muitas vezes assumia obras deficitárias reclamadas pela população de regiões do interior do Estado e cujo não atendimento poderia ocasionar “problemas de ordem social”. (Fonte: <http://copel.com>)

Ao longo de sua história aliás, a Copel foi adquirindo empresas privadas que não atendiam a contento a população local, e ampliando a sua atuação para todos os Municípios do Estado do Paraná, atendendo a população mais carente, razão do apreço de todos os paranaenses pela estatal.

Os atos praticados sem o interesse público caracteriza o dano ao patrimônio público, sendo um desvio de finalidade, passível de anulação mediante simples processo administrativo.

Valemo-nos da preciosa lição do Mestre Hely Lopes Meirelles, em sua imortal obra *Direito Administrativo Brasileiro*, verdadeiro Código e fonte obrigatória para a administração pública:

“Fins - Os fins da administração pública resumem-se num único objetivo: o bem comum da coletividade administrativa. Toda atividade do administrador público deve ser orientada para esse objetivo. Se dele o administrador se afasta ou desvia, trai o mandato de que está investido, porque a comunidade não instituiu a administração senão como meio de atingir o bem estar-social. Ilícito e imoral será todo o lado administrativo que não for praticado no interesse da coletividade.

O fim e não a vontade do administrador - ensina o professor Cirne Lima - domina todas as formas de administração. Supõe, destarte, a atividade administrativa a preexistência de uma regra jurídica, reconhecendo-lhe uma finalidade própria. Jaz, conseqüentemente, a administração pública debaixo da legislação, que deve enunciar e determinar a regra de direito.

No desempenho dos encargos administrativos o agente do Poder Público não tem liberdade de procurar outro objetivo, ou de dar fim diverso do prescrito em lei para a atividade. Não pode, assim, deixar de cumprir os deveres que a lei lhe impõe, nem renunciar a qualquer parcela dos poderes e prerrogativas que lhe são conferidos. Isso porque os deveres, poderes e prerrogativas não lhe são outorgados em consideração pessoal, mas sim, para serem utilizados em benefício da comunidade administrativa. Descumpri-los ou renunciá-los equivalerá a desconsiderar a incumbência que aceitou ao empossar-se no cargo ou função pública. Por outro lado, deixar de exercer e defender os poderes necessários à consecução dos fins sociais, que constituem a única razão de ser de autoridade pública de que é investido, importará renunciar os meios indispensáveis para atingir os objetivos da Administração.

Em última análise, os fins da Administração constanciam-se na defesa do interesse público, assim entendidas aquelas aspirações ou vantagens lícitamente almejadas por toda a comunidade administrada, ou por uma parte expressiva de seus membros. O ato ou contrato

administrativo, realizado sem interesse público configura desvio de finalidade” (in ob. cit. 19ª ed., Malheiros, 1995, pág. 81/82).

Vê-se que a venda da Copel não se afigura como de interesse público dos cidadãos paranaenses, pela mobilização da sociedade civil, que inclusive é representada pelo “Fórum” contra a privatização e, até mesmo pela tomada de posicionamento de jornais do Estado, como a Folha do Paraná, que em Editorial condenou a venda, além do Diário Popular, que chega a estampar em sua primeira página a sua posição contrária à venda da Copel o que comprova o desvio de finalidade do Governo Estadual em autorizar o início do processo de privatização.

Inclusive, deve-se ressaltar, que o atual governante Jaime Lerner se esqueceu da “gaveta da memória das promessas não cumpridas”, que ao receber os seus votos dos cidadãos paranaenses no pleito de 1.998, que o reconduziu ao cargo de governador, à época todos acreditaram na frase “Não vamos vender a Copel, nem privatizá-la”, conforme entrevista publicada pela Gazeta do Povo, do dia 04/02/1996, 5ª página, arrematando ainda:

“Sou um social-democrata. Não estou aqui para torrar patrimônio público”.

Assim, ao ser investido no cargo de governador, através do voto popular, não foi com base na convicção ou compromisso de campanha de que venderia a Copel, pelo contrário, os cidadãos paranaenses votaram com a certeza de que a companhia não seria vendida.

Verifica-se de plano a absoluta inexistência de interesse público para a venda da Copel, sendo o Edital nº 001/2001 da lavra do governador Jaime Lerner ato lesivo ao patrimônio do Estado do Paraná que com a venda perderá o controle acionário da companhia, verificando-se o desvio de finalidade pois jamais recebeu qualquer tipo de autorização da sociedade para privatizar a estatal, causando evidente dano ao patrimônio público pertencente a todos os paranaenses (interesse difuso e coletivo).

Havendo, portanto, desvio de finalidade, por ausência absoluta de interesse público, verificando-se daí o óbvio dano ao patrimônio público do Estado do Paraná, uma vez que vai de encontro com os anseios da sociedade em sua esmagadora maioria, será declarado nulo o Edital nº 001/2001, que tornou público as condições do processo de alienação do controle acionário da Companhia Paranaense de Energia - Copel e todos os demais atos praticados posteriormente.

Inclusive, deve se ressaltar que os Notificantes, o Fórum e os Partidos Políticos, congregam os principais nomes que disputarão o Governo do Estado do Paraná nas eleições de 2.002, quais sejam:

Álvaro Dias (PDT);
Osmar Dias (PDT);
Roberto Requião de Mello (PMDB);
Paulo Pimentel (PMDB);
Ângelo Vanhoni (PT);
Rubens Bueno (PPS).

Os cidadãos paranaenses acima nominados, já assumiram o compromisso público contra a venda da Copel, e são apontados como os principais candidatos para disputa do Governo do Estado do Paraná e também preenchimento das vagas do Senado Federal.

Vários setores organizados da sociedade paranaense também já se manifestaram contra a venda da Copel, dentre as mais significativas:

Associação Comercial do Paraná - ACP; Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB Regional Sul II; Igrejas Evangélicas; Maçonaria, Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná; Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP; Federação da Agricultura do Paraná - FAEP; Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAEP; Conselho Regional dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros; Conselho Regional dos Economistas; Central Única dos Trabalhadores; Força Sindical.

Além de tudo isto, o momento atual é um dos piores para se efetivar a venda da Copel, uma vez que com as medidas de racionamento de energia em todo País, todas as outras privatizações previstas para este ano foram suspensas, ou pelo próprio Governo Federal, ou pela Justiça, como é o caso da companhia de energia de Goiás.

É de se destacar alguns acontecimentos mais recentes que demonstram claramente a absoluta falta de oportunidade da venda da Copel neste momento, sem que haja uma adequada demonstração de que tal alienação será vantajosa para o Estado do Paraná, em meio a grave turbulência mundial, com os atentados terroristas do dia 11 de setembro e também a guerra empreendida pela maior potência mundial, os EUA contra o terrorismo no Afeganistão.

Francisco Gros, presidente do BNDES, afirmou em reportagem do dia 19/10 último, que o momento é difícil para a venda da Copel (Companhia Paranaense de Energia), em razão das incertezas econômicas causadas pelos atentados terroristas nos EUA, afirmando textualmente que:

“É difícil para qualquer empresa assinar um cheque de US\$2 bilhões em qualquer lugar do mundo neste momento”.

A NRG, na data da entrega dos envelopes de documentos para habilitação, dia 22/10, uma das interessadas em concorrer no leilão, a multinacional de energia norte-americana pediu o adiamento do leilão ao senhor Jaime Lerner, alegando como motivo a instabilidade gerada pelos ataques terroristas contra os Estados Unidos, arrematando:

“Todo o mercado veio abaixo, ainda estamos tentando entender. Isso sem falar que os custos de captação aumentaram”.

A Tractebel, multinacional belga, uma das empresas que confirmou a entrega dos documentos de pré-qualificação, também busca o adiamento, segundo reportagem do site “www.investshop.com.br”, que publi-

cou afirmação do diretor-superintendente da empresa. Maurício Bahr:

“Estamos buscando um possível adiamento do leilão em função da falta de tempo para se terminar uma análise da empresa.”

Havendo, portanto, desvio de finalidade, por ausência absoluta de interesse público, conforme artigo 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.717/65, deve ser declarado nulo o Edital nº 001/2001, de alienação do controle acionário da Companhia Paranaense de Energia - Copel, e todos os demais atos praticados posteriormente.

A Lei nº 8.666/93, em seu artigo 49, prevê a possibilidade de anulação da licitação e do próprio leilão a ser efetuado, por razões de interesse público, e também por ilegalidade:

“Art. 49 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º - A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 desta Lei.

§ 2º - A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 desta Lei.

§ 3º - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Diante deste cenário, de inquietação econômica mundial, os notificantes notificam com base no artigo 867 e seguintes do Código de Processo Civil, a fim de prevenir responsabilidades, prover a conservação e ressalva de seus diretores e dos cidadãos paranaenses, manifestar intenção de modo formal e expresso, em face das empresas interessadas em participar do leilão da Copel, para que não se alegue ignorância futura, que todo o processo de privatização da Copel será anulado judicial ou administrativamente, desde o primeiro momento que um candidato dos Partidos Notificantes assumo o Governo do Estado do Paraná.

Do Pedido

Isto posto, requer a Vossa Excelência:

a) Seja determinada a notificação dos Requeridos, a fim de prevenir responsabilidades, prover a conservação e ressalva de seus direitos e dos cidadãos paranaenses, manifestar intenção de modo formal e expresso, em face das empresas interessadas em participar do leilão da Copel, de que todo o processo de privatização da empresa

será anulada pelos futuros governantes do Estado do Paraná, tendo em vista a ausência de interesse público e ilegalidades generalizadas no processo de desestatização da Copel, com base no artigo 37 da Constituição da República e a Lei nº 8.666/93;

b) Seja determinada a notificação da União Federal, da Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, Estado do Paraná e Companhia Paranaense de Energia - Copel, para que tome conhecimento dos termos da presente;

c) Tendo em vista a emergência da medida, uma vez que o leilão está marcado para o dia 31 de outubro próximo, seja determinada a notificação por meio de fax e por meio de telegrama, no endereço acima declinado;

d) Seja determinada a publicação de extrato da presente Notificação em jornais de grande circulação, para ciência de terceiros interessados;

e) Sem maiores formalidades, requer após as devidas notificações, sejam os autos entregues aos Notificantes.

Dá-se à causa o valor de R\$500,00 (quinhentos reais).

Termos em que pedem deferimento.

Curitiba, 26 de outubro de 2.001.

GUILHERME AMINTAS PAZZINATO DA SILVA

OAB/PR 26.014

NELTON FRIEDRICH

Coordenador do Fórum Popular

Contra a Venda da Copel

Conclusão

Aos 29 dias do mês de outubro de 2001, faço estes autos conclusos ao MM Juiz Federal da 7ª Vara.

Para constar, lavrei este termo.

1. Intime-se, nos termos do artigo 867 do CPC, as pessoas nominadas às fls. 02 e 10 da petição inicial. Considerando a urgência da medida, determino que a intimação seja feita primeiramente via “fax” ou pelo mais expedito possível.

2. Também expeça-se edital, nos termos do pedido, para intimação de terceiros interessados.

3. Após, que se remeta cópia da petição inicial por precatória e Oficial de Justiça, conforme a sede das pessoas jurídicas, para os mesmos fins do item 1.

4. Concluídas as notificações, pagas as custas e decorridas 48 horas, entreguem-se os autos à parte, independente de traslado e com registro pertinente (art. 872 do CPC).

Curitiba, 29 de outubro de 2001.

ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA

Juiz Federal

RECEBIMENTO

Aos dias do mês de
de 2001, recebi estes autos. Para
constar, lavrei este termo.

Copel - Diretoria de Finanças:**T A B E L A S**

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL DIRETORIA DE FINANÇAS COORDENADORIA DE GESTÃO CONTÁBIL			
INTEGRALIZAÇÕES DE CAPITAL EFETUADAS PELO ESTADO DO PARANÁ			
QUADRO RESUMO POR GOVERNADORES			
GOVERNADOR	PERÍODO	US\$	%
Bento Munhoz da Rocha Netto	31.01.1951 a 30.04.1955	1.103.441,38	0,2
Adolpho de Oliveira Franco	01.05.1955 a 30.01.1956	-	0,0
Moysés Wille Lupion de Troia	31.01.1956 a 30.01.1961	5.823.199,68	1,0
Ney Aminthas de Barros Braga	31.01.1961 a 30.01.1966	17.471.005,65	2,9
Paulo Cruz Pimentel	31.01.1966 a 14.03.1971	70.726.217,58	11,6
Haroldo Leon Peres	15.03.1971 a 22.11.1971	4.056.508,78	0,7
Pedro Viriato Parigot de Souza	23.11.1971 a 11.07.1973	16.366.173,73	2,7
Emílio Hoffmann Gomes	12.07.1973 a 14.03.1975	50.235.035,11	8,2
Jayme Canet Júnior	15.03.1975 a 14.03.1979	200.765.706,72	32,8
Ney Aminthas de Barros Braga	15.03.1979 a 13.05.1982	106.668.411,31	17,4
José Hosken de Novaes	14.05.1982 a 14.03.1983	26.156.180,16	4,3
José Richa	15.03.1983 a 08.05.1986	41.329.487,96	6,8
João Elísio Ferraz de Campos	09.05.1986 a 14.03.1987	3.971.003,99	0,6
Álvaro Fernandes Dias	15.03.1987 a 14.03.1991	29.916.457,49	4,9
Roberto Requião de Mello e Silva	15.03.1991 a 31.12.1994	37.015.998,06	6,1
Jaime Lerner	01.01.1995 até a presente data		0,0
TOTAL		611.604.827,60	100,0
Elaborado em 22.03.2001			

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL DIRETORIA DE FINANÇAS COORDENADORIA DE GESTÃO CONTÁBIL							
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ NO CAPITAL SOCIAL							
AGO/AGE	HISTÓRICO	ON	%	PNA/PNB	%	TOTAL	%
28.03.55	APORTES	479.994	100,00	319.996	100,00	799.990	100,00
01.10.60	APORTES	837.676	99,72	558.451	99,72	1.396.127	99,72
16.04.62	APORTES	2.481.124	98,46	1.654.082	98,46	4.135.206	98,46
11.11.63	APORTES	4.761.124	99,19	3.174.082	99,19	7.935.206	99,19
13.10.64	APORTES	9.561.124	99,60	6.374.082	99,60	15.935.206	99,60

24.09.65	CORREÇÃO MONETÁRIA	12.411.233	99,31	8.274.155	99,31	20.685.389	99,31
29.10.65	APORTES+CM	23.565.224	98,19	15.710.149	98,19	39.275.373	98,19
29.09.66	APORTES+CM	41.245.178	98,20	27.496.785	98,20	68.741.963	98,20
13.02.67		41.245.178	98,20	27.496.785	98,20	68.741.963	98,20
31.10.67	APORTES+CM	71.377.083	95,17	47.584.722	95,17	118.691.806	95,17
17.06.68	CORREÇÃO MONETÁRIA	79.177.470	95,17	52.784.980	95,17	131.962.449	95,17
27.11.68	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	102.098.278	94,54	68.065.519	94,54	170.163.796	94,54
06.06.69	CORREÇÃO MONETÁRIA	118.229.367	93,83	78.819.578	93,83	197.048.946	93,83
13.10.69	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	154.663.408	85,92	103.108.939	85,92	257.772.347	85,92
03.12.69		154.663.408	85,92	103.108.939	85,92	257.772.347	85,92
06.04.70	CORREÇÃO MONETÁRIA	171.215.306	85,92	114.143.537	85,92	285.358.843	85,92
24.11.70	IUEE + REINV.DIV + APORTES	220.472.884	86,46	146.981.923	86,46	367.454.806	86,46
18.12.70		220.472.884	73,46		73,46	367.454.806	73,46
31.07.72	APORTES+CM	384.794.887	74,06	256.529.925	74,06	641.324.812	74,06
30.04.73		384.794.887	73,89	256.529.925	73,89	641.324.812	73,89
31.08.73	IUEE+APORTE	390.234.067	74,16	260.156.045	74,16	650.390.112	74,16
30.10.73	IUEE + REINV. DIV + APORTES	473.842.420	77,20	315.894.947	77,20	789.737.367	77,20
30.05.74		473.842.420	77,20	315.894.947	77,20	789.737.367	77,20
27.12.74	IUEE + REINV.DIV + APORTES	628.504.660	80,58	419.003.107	80,58	1.047.507.767	80,58
30.04.75		630.181.960	80,62	420.121.307	80,62	1.050.303.267	80,62
22.12.75	IUEE + REINV.DIV + APORTES	801.071.082	83,44	534.047.388	83,44	1.335.118.471	83,44
26.03.76		801.071.082	82,95	534.047.388	82,95	1.335.118.471	82,95
17.12.76	IUEE + REINV.DIV + APORTES	1.040.128.342	82,55	693.418.895	82,55	1.733.547.237	82,55
29.08.77	IUEE + REINV.DIV + APORTES	1.561.023.834	86,72	1.040.682.556	86,72	2.601.706.391	86,72

16.11.77	APORTES	1.680.038.634	84,09	1.120.025.756	84,09	2.800.064.391	84,09
28.04.78		1.680.038.634	83,06	1.120.025.756	83,06	2.800.064.391	83,06
14.12.78	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	2.340.836.449	86,70	1.560.557.633	86,70	3.901.394.082	86,70
05.03.79	CORREÇÃO MONETÁRIA	2.942.424.997	86,70	1.961.616.665	86,70	4.904.041.662	86,70
30.04.79		2.942.424.997	86,01	1.961.616.665	86,01	4.904.041.662	86,01
24.09.79	IUEE +REINV.DIV +APORTES	3.959.979.810	82,50	2.639.986.540	82,50	6.599.966.350	82,50
27.03.80	CORREÇÃO MONETÁRIA	5.276.819.923	82,50	3.517.879.949	82,50	8.794.699.872	82,50
29.04.80		5.276.819.923	81,97	3.517.879.949	81,97	8.794.699.872	81,97
16.10.80	IUEE+APORT ES	5.758.292.437	82,73	3.838.861.624	82,73	9.597.154.061	82,73
30.04.81	IUEE + REINV. DIV + APORTES	10.118.796.736	84,32	6.745.864.490	84,32	16.864.661.226	84,32
30.10.81		10.118.796.736	84,19	6.745.864.490	84,19	16.864.661.226	84,19
30.04.82	IUEE+CM	18.571.932.168	83,49	12.381.288.112	83,49	30.953.220.27	83,49
29.10.82	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	19.803.705.159	83,90	13.202.470.106	83,90	33.006.175.264	83,90
14.03.83	CORREÇÃO MONETÁRIA	37.675.368.283	83,15	25.116.912.189	83,15	62.792.280.471	83,15
02.05.83	IUEE+APORT ES	40.529.890.384	83,53	27.019.926.923	83,53	67.549.817.306	83,53
01.09.83	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	41.682.067.910	83,50	27.788.045.273	83,50	69.470.113.183	83,50
10.04.84	IUEE + APORTES	107.224.498.879	83,05	71.482.999.253	83,05	178.707.498.132	83,05
15.08.84		107.224.498.879	83,05	71.482.999.253	83,05	178.707.498.132	83,05
05.10.84	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	109.841.005.836	83,04	73.227.337.224	83,04	183.068.343.060	83,04
25.03.85	IUEE+APORTES	346.092.599.235	82,56	230.728.399.49 0	82,56	576.820.998.725	82,56
18.09.85	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	353.788.150.248	82,00	235.858.766.83 2	82,00	589.646.917.079	82,00

28.02.86		353.788.150.248	82,00	235.858.766.83 2	82,00	589.646.917.079	82,00
25.04.86	IUEE+APORTES	1.206.985.887.4 80	83,08	804.657.258.32 0	83,08	2.011.643.145.799	83,08
23.10.86	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS	1.232.400.066.4 92	83,09	821.600.044.32 8	83,09	2.054.000.110.819	83,09
18.03.87	IUEE + APORTES + CM	2.187.488.207.6 52	80,73	1.458.325.471.7 68	80,73	3.645.813.679.419	80,73
18.09.87	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS	2.271.180.817.8 78	80,84	1.514.120.545.2 52	80,84	3.785.301.363.129	80,84
14.04.88	IUEE+CM	9.396.625.022.0 52	81,00	6.264.416.681.3 68	81,00	15.661.041.703.419	81,00
14.04.88		9.396.625.022	81,00	6.264.416.681	81,00	15.661.041.703	81,00
14.04.88	REDUÇÃO FRAÇÃO DE AÇÕES	9.396.625.022	81,00	6.264.416.681	81,00	15.661.041.703	81,00
14.04.88		9.396.625.022	81,00	6.264.416.681	81,00	15.661.041.703	81,00
14.06.88	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	9.548.702.493	81,01	6.365.801.662	81,01	15.914.504.155	81,01
15.01.89		9.548.702.493	81,01	6.365.801.662	81,01	15.914.504.155	81,01
25.04.89	IUEE + APORTES + CM	88.839.050.774	90,72	43.068.433.197	65,97	131.907.483.971	80,82
26.06.89	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	98.387.753.267	99,63	49.434.234.859	75,08	147.821.988.126	89,81
30.03.90	IUEE	99.074.937.341	97,29	49.892.357.575	73,49	148.967.294.916	87,77
25.05.90	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	101.653.824.848	99,70	51.611.615.914	75,93	153.265.440.762	90,19
25.03.91	IUEE+APORTES	101.762.572.416	91,70	51.684.114.292	69,86	153.446.686.708	82,96
23.05.91	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	110.888.573.905	98,98	57.765.582.279	77,64	168.654.156.184	90,46
28.04.92	IUEE+APORTES	111.791.724.997	90,96	58.091.994.028	71,14	169.883.719.025	83,05
25.06.92	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	122.668.830.902	99,07	65.343.397.965	79,63	188.012.228.867	91,32
01.04.93	APORTES	123.460.434.230	93,16	65.662.592.796	74,74	189.123.027.026	85,82

15.06.93	REINVERSÃO DE DIVIDEN- DOS + APORTES	132.160.449.248	91,13	71.462.602.808	73,92	203.623.052.056	84,24
26.04.94		133.171.963.604	91,82	71.942.706.786	74,41	205.114.670.390	84,86
01.07.94		133.171.963.604	91,82	71.942.706.786	74,41	205.114.670.390	84,86
25.04.95		133.171.963.604	91,82	71.942.706.786	74,41	205.114.670.390	84,86
23.04.96		124.771.963.604	86,03	71.942.706.786	74,41	196.714.670.390	81,38
31.07.97		124.771.963.604	86,03	71.942.706.786	55,93	196.714.670.390	71,88
31.12.97		123.327.373.503	85,04	36.480.371.989	28,36	159.807.745.492	58,40
31.12.98		85.028.598.437	58,63	13.639.056	0,01	85.042.237.493	31,08
31.12.99		85.028.598.437	58,63	13.639.056	0,01	85.042.237.493	31,08
31.12.00		85.028.598.437	58,63	13.639.056	0,01	85.042.237.493	31,08

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 565/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária para Desenvolvimento da Terceira Idade, com sede e foro na cidade de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária para desenvolvimento da Terceira Idade, com sede na Rua Benjamin Caetano Zambom, 344, com foro na cidade e comarca de Bandeirantes.

É uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política, partidária ou religiosa, com duração indeterminada e dedicada a estudar as condições sociais da terceira idade, seus problemas, recursos e aspirações.

Foi fundada em 09.06.1992, tem reconhecimento de Utilidade Pública municipal pela Lei nº 2149/99.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio do nobres pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 566/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, a ceder, em regime de comodato, os direitos de uso do imóvel sito à rua Morena s/nº, na zona urbana do município

de Matinhos, no local denominado Morro das Pedras, para ser utilizado pelo Instituto Cultural Caiçara e Federação de Surf do Paraná.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º, será utilizado pelo Instituto Cultural Caiçara e Federação de Surf do Paraná, pelo prazo de dez (10) anos, prorrogáveis, automaticamente, por mais de dez (10) anos, se não houver manifestação em contrário de qualquer das partes.

§ 1º - A cessão dos direitos de uso a que se refere o *caput* deste artigo, será assegurada pelo compromisso dos usuários de manutenção e recuperação das suas instalações.

§ 2º - O imóvel em referência não poderá ser usado para outros fins, que não os especificados, nem transferidos ou cedidos a terceiros, sob pena de anulação dos termos do comodato.

§ 3º - As despesas e medidas necessárias ao cumprimento do Termo de Comodato, pelas despesas e medidas necessárias ao funcionamento dos usuários, nem como as futuras benfeitorias efetuadas no local, não serão ressarcidos sob qualquer alegação.

Art. 3 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Cultural Caiçara foi criado com o objetivo de uma revitalização da cultura, esporte e turismo no município de Matinhos, utilizando o referido imóvel já desde a sua fundação em 27 de agosto de 2001.

A Federação de Surf do Paraná também ocupa o prédio em referência desde o ano de 1999.

Agora, no ensejo de regularizar as situações de ambas as entidades, o presente projeto de lei está sendo proposto, o que dará um incentivo maior na realização das promoções e eventos a eles ligados.

Em anexo, estamos encaminhando para as devidas verificações, cópias dos estatutos do Instituto Cultural Caiçara da Federação de Surf do Paraná.

Ainda, anexamos croqui da localização e estrutura do prédio, bem como, fotos do lugar e das condições que os mesmos se encontram.

Esperando contar com a compreensão dos nobres pares desta Casa, contamos com o seu apoio para a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 567/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Recreativa Cultural e Beneficente Abraão, com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Recreativa, Cultural e Beneficente Abraão, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná, foi criada em 19.08.1991, com o objetivo de desenvolver programas e projetos nas áreas da assistência social, da educação, da cultura, do esporte e lazer, entre outros, visando o desenvolvimento integral do ser humano. A Associação em apreço, é pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, e está registrada sob nº 246 - livro A-01 de Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro Civil de Títulos e Documentos da Comarca de Palotina, e devidamente cadastrada no CNPJ nº 80.876.246/0001-60.

A Associação, além de desenvolver programas visando a consecução de seus objetivos, coopera com organismos públicos entidades congêneres, no desenvolvimento de programas, projetos e serviços de interesse comunitário, especialmente aqueles voltados às áreas assistencial e educacional.

Face ao exposto, e considerando o que a entidade em questão se propõe a realizar em prol das pessoas carentes e considerando ainda o que dispõe a legislação pertinente, solicito aos demais pares desta Casa o apoio irrestrito à aprovação da matéria em apreço.

PROJETO DE LEI Nº 568/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as concessionárias de abastecimento de água obrigadas a instalarem dispositivos de eliminação de ar das medições do consumo de água de todos os consumidores, indistintamente.

Art. 2º - O custo de instalação do dispositivo não poderá ser repassado para o consumidor.

Art. 3º - As empresas concessionárias terão o prazo de 90 (noventa) dias para cumprirem o disposto no Art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Hoje, quase todos os consumidores de água são vítimas da cobrança indevida em suas contas. Isso porque os hidrômetros registram a passagem de água e ar indistintamente, gerando um ônus impróprio pelo pagamento de ar, quando o consumidor acreditava estar consumindo apenas água.

O sistema de abastecimento de água, em geral, é acionado por meio de redes pressurizadas de bombeamento, o que normalmente acabam gerando bolsões de ar por toda a rede. As razões são diversas. Vão desde a interrupção no fornecimento de água, para reparos e manutenções, rodízios no fornecimento de água, principalmente, nos grandes centros, e, até mesmo, pela oxigenação no processo de tratamento de água.

Atualmente já existe equipamento desenvolvido com o objetivo de eliminar o ar do registro dos hidrômetros e que já foi objeto de análise por uma escola de engenharia. A Escola Federal de Engenharia de Otajubá, Minas Gerais, por exemplo, elaborou um laudo onde afirma que tal equipamento impede a passagem de ar pelo hidrômetro, não interfere no funcionamento normal do hidrômetro e é seguro (não oferecendo risco às pessoas).

Alguns testes realizados comprovaram a eficácia do equipamento. Após a sua instalação, verificou-se uma redução de até 35% nos valores pagos indevidamente nas contas de água.

Temos conhecimento que projeto semelhante tramita no Senado Federal e na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Assim sendo, creio haver razões suficientes para a criação deste projeto, contando com o apoio dos demais pares desta Casa de leis. Não se pode deixar que essa impropriedade continue gerando um ônus real sobre um consumo fictício de água, quando na verdade é apenas ar.

PROJETO DE LEI Nº 569/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná - Aciapar, com sede no município de Pontal do Paraná- PR, e foro na comarca de Paranaguá-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná - Aciapar, fundada no dia 21 de janeiro de 1997, com sede na Rodovia PR-412, Km 6, nº 530 - Balneário de Ipanema, município de Pontal do Paraná e foro na comarca de Paranaguá, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, na condição de entidade de classe.

Trata-se de uma associação comercial composta de empresários que estão inseridos em representar e defender os interesses da categoria e da comunidade em geral.

Dentre os princípios e finalidade da Aciapar, podemos destacar alguns deles, os quais encontram-se enumerados a seguir: defesa para o desenvolvimento do comércio, da indústria e da lavoura e dos interesses dos associados; interação entre as unidades de classe e categorias sociais; realização de obras que traduzam progresso para o município, Estado e Nação; apoio na formação de entidades congêneres; representação das diversas classes que a formam; obtenção de informações que venham colaborar com o aprimoramento das atividades pertinentes às empresas, visando sempre o desenvolvimento das classes que representa; apoio e estímulo às pesquisas legais, econômicas e sociais; manutenção de publicação oficial própria em veículos de comunicação de circulação municipal e estadual dos assuntos de interesse dos associados; promoção de eventos destinados a orientação de assuntos de interesses gerais e de exposições de produtos industriais e agrícolas; apresentação de sugestões aos órgãos municipal, estadual e federal a respeito das leis, visando atividades comerciais, industriais e agrícolas, dentro das funções sócio-econômicas e tributárias, e outros.

Face ao exposto e testemunhas que somos do excelente trabalho desenvolvido pela Aciapar, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 570/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o sindicato dos Trabalhadores Rurais, com sede e foro na cidade de Paranapoema-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, situado à Av. Paranapanema s/nº, com sede e foro no município

de Paranapoema-PR, fundada em 1º de maio e 2000, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, e tem por objetivo e princípios básicos, proteção e representação legal da categoria profissional dos trabalhadores rurais, individualmente ou em regime de economia familiar, estimular o desenvolvimento agrícola, comunitário e cultural, promover intercâmbio, defender os interesses sociais e econômicos de seus associados, capacitação e formação dos agricultores e suas famílias.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o senhor deputado Caíto Quintana.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, até que o deputado Caíto Quintana, se desloque à tribuna, quero apenas neste momento, registrar o agradecimento a V. Exa. e ao 2º secretário, V. Exa. por ter determinado a leitura da íntegra, a totalidade da Ata pelo nosso Pastor Edson Praczyk, e cumprimentar o nosso serviço de redação da Ata, porque com toda certeza, a Ata lida pelo nobre companheiro, espelhou plena e fielmente, tudo aquilo que aconteceu durante a Sessão de ontem.

Por isso, pedi a leitura integral da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk.

O deputado Caíto Quintana, parece-me, ficou para segundo.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras, senhores deputados.

Inicialmente, agradecendo a inversão da nossa inscrição com o ilustre deputado Caíto Quintana, ex-vice-presidente e presidente atuante deste Parlamento, quando ali esteve comandando esta Casa, e nos representando em diversos encontros do Mercosul, fazendo valer a posição paranística.

Mas, senhor presidente, tenho em mãos, um discurso que iria proferir neste horário. Mas, vendo de que da Bancada da Situação estão tão somente presentes os ilustres deputados Ademar Traiano, Basílio Zanusso, Moysés Leônidas, Divanir Braz Palma e outros deputados, eu queria que essa Presidência desse como lido, e remetesse a S. Exa. o Governador, cópia desse conteúdo.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Este dia, senhor presidente, embora com ausência absoluta dos deputados da Base do Governo, é um dia que pode anteceder um movimento histórico do Estado do Paraná, que pode anteceder um movimento histórico do Estado do Paraná, que pode ser um dia de alegria!

E notem bem, senhor presidente e senhores parlamentares: uma dessas liminares é uma ação do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal. E a outra ação é nada mais, nada menos, do que do ex-chefe da Casa Civil e ex-secretário da Fazenda do próprio governo Jaime Lerner.

Portanto, representações que, indiscutivelmente, tem pleno conhecimento do direito e do negócio que está sendo proposto.

Mas, seguramente, até o final da tarde, até amanhã às 10 horas da manhã, muitas outras liminares serão concedidas, e talvez, muitas liminares possam ser também canceladas.

A nossa expectativa é que seja um dia histórico, em que, por derradeiro, a Justiça ouça, e pura e simplesmente cumpra os dispositivos legais que mostram a ilegalidade desse leilão forjado, adulterado, maquiado, que se tenta fazer amanhã.

A Justiça é a depositária final, da confiança do povo, quando outras pendências falham, quando as opiniões divergem, a Justiça, e por isso mesmo, o símbolo dela é de uma deusa, com os olhos vendados. É exatamente, para mostrar a sua imparcialidade.

Se forem analisados os dados jurídicos da questão, indubitavelmente o leilão de amanhã tem que ser suspenso.

Por esta razão, se pretendemos ter um dia de alegria na sustentação dessas liminares hoje, poderemos ter

um dia de tristeza amanhã. E essa nota taquigráfica do dia de hoje, da Assembléia, seja um registro da posição dos deputados desta Casa, dos deputados que compuseram um pelotão inferiorizado que defendeu a permanência da Copel como empresa pública, e um batalhão majoritário, de aliados do Governo, que discutem a questão; apenas aguardam os acontecimentos como se não fizessem parte da história que estamos vivendo.

Como não poderei falar, senhor presidente, vale-me também do expediente regimental, e gostaria que V. Exa. desse como lido e registrasse nos Anais da Casa este quadro de integralização de Capital efetuado pelo Estado do Paraná, que mostra que desde 1951, com o governador Bento Munhoz da Rocha Netto até os dias atuais, o governo Jaime Lerner foi o que menos aplicou na Copel, entre todos os governantes, deste 1951.

Em contrapartida, senhor presidente, que se registre também nos Anais desta Casa que desde 1951 o Estado iniciou detendo 100% das ações da Copel e andou beirando nos 90%, 84%, 81%, 83%, 84%, desde lá, até 1995, quando assumiu o Exmo Sr. Governador Jaime Lerner e o Estado detinha 84,86% do patrimônio da Copel. De 1995 para cá, deputado Anibelli, o Governo já torrou mais de 50%, e hoje o Tesouro só tem 31,08% das ações da Copel.

O Governo já vendeu muito mais do que vai vender amanhã, e a dito equilíbrio financeiro, obras do Estado, dinheiro a fundo perdido para Prefeituras, aumento de servidor público, pagamento de dívidas do Estado, até agora não aconteceu.

E junto com mais de 50% que já se vendeu, já se vendeu Banestado, já se antecipou royalties de Itaipu, já se colocou pedágios, já se vendeu a Ferroeste e nada adiantou. E se nós tivermos o desprazer de virmos a Copel vendida amanhã, pelo ralo da sofreguidão do Poder Público irão os outros 31% que a caixa do Tesouro detém na Copel e, lamentavelmente, vamos ficar um Estado sem nenhuma empresa pública.

Acho que não há perdulário maior que tenha passado pelo Palácio Iguaçu do que o Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL DIRETORIA DE FINANÇAS COORDENADORIA DE GESTÃO CONTÁBIL			
INTEGRALIZAÇÕES DE CAPITAL EFETUADAS PELO ESTADO DO PARANÁ			
QUADRO RESUMO POR GOVERNADORES			
GOVERNADOR	PERÍODO	US\$	%
Bento Munhoz da Rocha Netto	31.01.1951 a 30.04.1955	1.103.441,38	0,2
Adolpho de Oliveira Franco	01.05.1955 a 30.01.1956	-	0,0
Moysés Wille Lupion de Troia	31.01.1956 a 30.10.1961	5.823.199,68	1,0
Ney Aminthas de Barros Braga	31.01.1961 a 30.01.1966	17.471.005,65	2,9

Paulo Cruz Pimentel	31.01.1966 a 14.03.1971	70.726.217,58	11,6
Haroldo Leon Peres	15.03.1971 a 22.11.1971	4.056.508,78	0,7
Pedro Viriato Parigot de Souza	23.11.1971 a 11.07.1973	16.366.173,73	2,7
Emílio Hoffmann Gomes	12.07.1973 a 14.03.1975	50.235.035,11	8,2
Jayme Canet Junior	15.03.1975 a 14.03.1979	200.765.706,72	32,8
Ney Aminthas de Barros Braga	15.03.1979 a 13.05.1982	106.668.411,31	17,4
José Hosken de Novaes	14.05.1982 a 14.03.1983	26.156.180,16	4,3
José Richa	15.03.1983 a 08.05.1986	41.329.487,96	6,8
João Elísio Ferraz de Campos	09.05.1986 a 14.03.1987	3.971.003,99	0,6
Álvaro Fernandes Dias	15.03.1987 a 14.03.1991	29.916.457,49	4,9
Roberto Requião de Mello e Silva	15.03.1991 a 31.12.1994	37.015.998,06	6,1
Jaime Lerner	01.01.1995 até a presente data		0,0
TOTAL		611.604.827,60	100,0
Elaborado em 22.03.2001			

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, Augustinho Zucchi; senhores membros da Mesa; senhores deputados:

Amanhã poderá ser um dia importante na história do nosso Estado, sobretudo quando se vende o maior patrimônio do Governo, que é a Copel.

O Governo do Estado do Paraná é detentor, atualmente, de 31,1% de ações da Companhia de Energia Copel, que representam 58,6% das ações ordinárias, o que lhe garante o controle acionário da referida empresa. Com a autorização instituída pela Lei nº 11.253 de vinte e um de dezembro de 1995, o Governo do Estado do Paraná pôde vender ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Copel, em seu nome, desde que mantivesse 60% das mesmas. Artigo 3º, mediante o cumprimento de quesitos também instituídos por lei.

A tabela a seguir demonstra a evolução da venda das ações desde 1996 até o ano de 2000.

Senão vejamos, o Governo do Estado do Paraná possuía, em 1996, cento e noventa e seis bilhões e setecentos e quinze milhões de ações. Hoje, possui 85 bilhões de ações. Isso, representa um número bastante significativo de venda de ativos da Copel. Em 1998, esse percentual diminui para 58,6, com uma nova lei, Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, respaldando a possibilidade de venda total das ações, sem a limitação instituída na lei anterior.

Para ficar mais claro em números de ações, o Governo do Estado possuía, no total do capital social da Copel, em 1996, 196 milhões de ações de um capital total de 241 milhões, setecentos e onze milhões de ações, respaldando a sua participação em 81,4% no período de 31 de dezembro de 1996 a 31 de dezembro de 1998. O Governo vendeu 111.687 milhões de ações, reduzindo a sua participação para 85 milhões e duzentos e vinte e oito, que representa 31,1 no capital da empresa, do capital estatal, conforme demonstra-se no quadro que eu já citei.

Ressalta-se, contudo, que não foram obedecidas regras contidas nas próprias leis que autorizaram as vendas, conforme detalhamento abaixo. Antes, porém, vale ressaltar que o Governo, em outras palavras, se valeu da Lei nº 11.253, e não cumpriu a lei! Essa que é a grande verdade. O Governo não cumpriu a lei! Essa que é a grande verdade. O Governo não cumpriu a lei porque vendeu ativos sem dar a devida publicidade e sem, evidentemente, mostrar onde aplicou esses recursos da venda das ações da Copel.

Ora, senhores deputados, ele também não cumpriu a Lei nº 12.355 de 1998, deixando de dar publicidade à venda dos ativos e também à boa aplicação dos recursos. De fato, o Governo do Paraná já recebeu mais de dois bilhões de reais! Esse dinheiro ingressou no Tesoureiro do Estado, de venda de ações da Copel e já se foi, não há notícia de onde possa ter sido aplicado na melhoria da qualidade de vida da nossa população. Não se constata uma receita positiva do ICMS do Estado, visto que os quadros de prestação de contas demonstram claramente que o Governo decresceu na receita do ICMS. Tem-se a

constatação que o Governo gastou, sim, quinhentos milhões de reais em publicidade e propaganda, remetendo esses quinhentos milhões de reais, - é preciso considerar que na época era dólar, um por um, então é próximo de dólar - para quatro agências de propagandas e essas agências, evidentemente, não deram a transparência necessária, e visto que nem 1% do dinheiro gasto com propaganda e publicidade teve a autorização do Secretário da Comunicação Social, que é que tem a responsabilidade de autorizar a despesa em publicidade e propaganda.

Pois bem, estamos num quadro bastante sério, e veja que em 1994 o governo do Paraná possuía uma dívida de um bilhão e quatrocentos e alguma coisa de milhões. Em 2000 o governo tem uma dívida de 12 bilhões e 105 milhões de reais. É preciso entender que nesses 12 bilhões de reais de dívida é uma dívida já consolidada, significa, consolidada é aquela que o Banco Central já entende como oficial. Ainda não podemos detectar e mensurar os valores de precatórios que há para pagar, precatórios, evidentemente, que têm um valor bastante elevado, visto que em 1999 o Restos a Pagar foi lançado pelo governo em 3,3 bilhões de reais.

Então, senhores deputados, nós estamos diante de um quadro bastante grave, e evidentemente não é possível entender que todas essas ações na Justiça não há nenhuma entidade organizada do Estado do Paraná que tenha se manifestado a favor da venda da Copel! Cem por cento das entidades são contra a venda da Copel. Toda a sociedade organizada, 90% do povo é contra a venda da Copel.

A diferença é que 28 deputados votaram para vender a Copel, num flagrante desrespeito e desconsideração com o povo do Paraná.

O Sr. Orlando Pessuti

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Neivo Beraldin, a exemplo do que já dissera anteriormente o deputado Caíto Quintana, o seu pronunciamento em Grande Expediente é bastante oportuno e esclarecedor, porque permite a todos nós, neste dia em que a Sessão transcorre com bastante tranquilidade, dizer mais uma vez a toda a população do Paraná, não só para nós aqui, evidentemente, porque a imprensa que aí está certamente reproduzirá as considerações que V. Exa. e o deputado Caíto Quintana fizeram e é evidente que o nosso serviço taquigráfico, o nosso serviço de registro da Ata da Sessão também deixará registrado para toda a história deste Assembléia Legislativa, deste Poder Legislativo, o pronunciamento de V. Exa. com importantes informações que nos levam a cada vez mais sedimentar em nossa consciência o desejo de que a Copel não seja vendida.

O deputado Caíto Quintana trouxe mostrou a esta Casa e será registrado nos Anais um gráfico, um cronograma de todos os aportes de capital feito pelo Poder

Público Estadual, pelo governo do Estado, na empresa Companhia Paranaense de Energia e demonstrou com clareza, deputado Neivo, e eu conheço este quadro que o deputado Caíto possui porque já tive oportunidade também de, junto com ele, analisá-lo e demonstra com toda a clareza que o governo Jaime Lerner, nos sete anos em que esteve à frente do governo do Estado, foi sim o governo que menos investiu na Copel, e em contrapartida, deputado Neivo, foi o governo que mais tirou dinheiro da Copel para as suas ações de governo, seja na forma de venda de ações que fez ou seja na forma de antecipação de Receita que era normal e costumeiro fazer o governo do Estado.

Fica também, deputado Neivo, registro isto que V. Exa. falou, de que adiantou o governo do Estado vender, como vendeu, 53% das ações, do patrimônio que possuía dentro da Copel - para onde foi este dinheiro? Lembrome que numa ocasião vi a publicação no Diário Oficial de um detalhamento de aplicação de recursos oriundos da venda de ações da Copel - lá estava inclusive aplicação na compra de gase, de mercúrio cromo, na construção do Portal da Graciosa, se não me falha a memória, e do Portal lá de Garuva, quer dizer, um absurdo. Não que eu seja contra que se construa esse ou aquele portal - acho isso desnecessário, mas se quiser construir para dar um embelezamento maior na estrada, que o faça, mas não com alienação de um patrimônio importante, como o da Copel.

Vossa Excelência coloca muito bem. Se esse governo tivesse vendido, como já vendeu 53% das ações da Copel, 40 e tantos por cento das ações da Sanepar; tivesse privatizado como privatizou a Ferroeste; tivesse vendido o Banco do Estado; tivesse privatizado como privatizou e colocou pedágio nas rodovias estaduais; tivesse cedido uma parte do Porto de Paranaguá; e tudo aquilo que tivesse arrecadado - porque arrecadou, vendendo o Banestado por um bilhão e seiscentos. Essas ações da Copel devem ter produzido uma arrecadação superior a dois bilhões. A antecipação dos royalties de Itaipu, mais um bilhão e novecentos, quase dois bilhões. Se tudo isso que ele arrecadou tivesse sido reinvestido, revertido em favor da economia do Estado, teríamos hoje um Paraná superavitário.

Não teríamos um Paraná, como relatou V. Exa., que devia 1,4 bilhões e que, agora, deve no final de 2000, doze bilhões. Um governo que arrecadou quatro, cinco, seis bilhões, que dava para pagar um bilhão e quatrocentos e sobrar três, quatro bilhões, no caixa, ele acumula uma dívida de quinze! Então, o rombo que esse governo promoveu é de mais de quinze bilhões!

A população se revolta contra isso, porque ela não aceita que se venda a Copel. Ela não aceitava que se vendesse o Banestado, a Sanepar; questiona o pedágio nas rodovias. Infelizmente, a história vai registrar também que vinte e sete deputados estão dando cobertura, apoio, aval, garantia e hipotecando o seu nome, a sua história e os seus votos, em favor, como disse o Caíto Quintana, desse governo altamente perdulário.

Por isso, quero cumprimentar V. Exa. e dizer ainda mais, eu ouvia há pouco - não sei se foi o deputado Cezar Silvestri, que falava isso, parece-me que foi -, ainda ontem na posse do eminente engenheiro Gilberto Piva, à frente da APEOP - Associação Paranaense de Obras Públicas, o governador, não sei se oficial ou extra-oficialmente, não sei se da tribuna ou em rodinhas de amigos, comentava com o peito estufado, da capacidade que teve o Paraná em produzir investimentos, como se diz, garganteava lá, um investimento que fez de quase dois bilhões, para construir Salto Caxias. Se só Salto Caxias custou ao redor de dois bilhões de reais, será que todas as outras usinas, em número de dezesseis, mais as termoelétricas, se todo esse patrimônio da Compagás, se tudo o que se tem, será que não vale mais nada?

Era isso, deputado Neivo.

Parabéns, pelo vosso pronunciamento.

O SR. NEIVO BERALDIN

Além do que, deputado Orlando Pessuti, não podemos avaliar o que significa o valor das nossas águas, o que significa entregar nas mãos de um grupo, quiçá, americano, alemão ou estrangeiro. O que significa entregarmos a riqueza das nossas águas. Temos o Rio Iguaçu. A nossa topografia permitiu que construíssemos a Copel, ao longo do tempo, com o suor do povo trabalhador do nosso Estado. Santa Catarina tem a beleza de suas praias e nós a riqueza da Copel, produzindo 50% de energia a mais do que gastamos. Poderíamos aplicar essa energia, para o fomento da indústria. Poderíamos, por exemplo, priorizar o Norte Pioneiro do Paraná e diminuir a sua energia, em 50% - se diz que a região precisa ter um fomento. Sem pensarmos no nosso Noroeste, no nosso litoral.

Estamos diante de um quadro absolutamente desconfortável, porque o povo, durante quase 50 anos, pagou a conta para construir a Copel. Hoje o governador, respaldado por vinte e sete deputados, quer porque quer vender o nosso patrimônio maior, que é a Copel, que gera energia - meu caro deputado Waldyr Pugliesi - mais barata do mundo, porque é a energia hidrelétrica! A termoelétrica é três vezes mais cara a energia. Por que vendermos uma empresa que gera energia com a força das águas? Por que venderemos? Sabem por quê? Porque o governo Jaime Lerner quebrou o Paraná, quebrou o Estado! Ele não tem outra saída a não ser vender o último patrimônio, porque, caso contrário, ele não fecha a sua contabilidade no final do ano!

A Lei de Responsabilidade Fiscal será dura com o governador se ele não vender a Copel e passar 31 de dezembro com saldo negativo em caixa. Não irá colocar o dinheiro no Paranapreviência, sobretudo este ano! Pode ser que coloque no ano que vem, mas este ano precisa passar com saldo positivo e ele arrecadou nos dois últimos quadrimestres, 5 milhões e 600 milhões e gastou 5 bilhões e 300 milhões!

Logo vamos observar que não há dinheiro acumulado para pagar o 13º e a folha de pagamento no último quadrimestre! Ele não tem dinheiro suficiente para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, se não vender a Copel. Por isso, há o desespero do governo e por isso, todos os juristas não conseguem sustar esse desastre para a economia do nosso Estado, porque há uma lei estadual, respaldada por esta Casa.

Vejam a importância de um voto e a tristeza que tenho em lembrar do meu caro colega e amigo Sérgio Spada que chegou às 6h00 da manhã, numa noite histórica e que não esteve junto aqui, porque faria diferença, porque teríamos sustado por três meses a venda da Copel e aí entraria na lei eleitoral.

Chegou de madrugada, senador na casa do deputado, uma história danada, uma história danada! Este voto nós acolhemos para a 2ª votação mas sabemos que nos faltou esse voto, porque naquele momento, a Copel não seria vendida se tivéssemos um voto. Amargamos mais essa.

Cedo aparte, com prazer, ao amigo deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. se aprofunda num assunto que irá ficar na história do Paraná e hoje, mais precisamente na Gazeta do Povo, na sua página 11, um historiador diz: "Paranaenses deixaram de discutir o principal da Copel...", onde V. Exa. se aprofunda neste instante como outros senhores deputados aí estiveram na tribuna, mostrando ao povo do Paraná. "Vender ou não vender a Copel, ou o que sobrou da Copel...", o ilustre historiador Denilson de Oliveira, que é professor da Universidade Federal do Paraná, autor da "Curitiba é um mito", "Cidade-Modelo", co-autor de "Um século de Eletricidade do Paraná", um homem que tem, no seu cabedal da História do nosso Estado, tudo aquilo que está transcrito nessa matéria, demonstrando a nós, senhor deputado Neivo Beraldin que daqui a dez, vinte, cinquenta ou quinhentos anos, como o Brasil que foi descoberto, estaremos rememorando na história do nosso Estado, isso que está transcrito na Gazeta do Povo do dia de hoje.

Aqueles que fizeram com que o rumo do Paraná mudasse e aqueles que realmente queriam que o Paraná continuasse naquele rumo certo que desejamos, de conservar a Copel como um instrumento onde ele fala, em uma altura "... existe um nexo entre o crescimento da Copel e o aumento do PIB industrial do Paraná."

Ele entra na economia, ele entra na História, ele entra na política e classifica, deputado Neivo Beraldin, que nós todos nesta Casa, este Parlamento e os 54 senhores deputados. Não tão somente o deputado que vossa pessoa agora se referiu, que faltou aquele voto, que poderíamos ter postergado 90 dias este projeto. Nós todos, 54 deputados, e não esse comitê de imprensa que aqui se encontra, mas a história daqueles que vão suceder esses jornalistas, a história que vai suceder esse historiador

haverá de ter sempre em mãos aqueles nomes que nosso Partido, o PDT, através do nosso horário eleitoral mostrou ao Paraná.

E entraram na Justiça para que não mostrassem os votos. Parece-me que têm vergonha do voto oferecido!

Parabéns, deputados.

O SR. NEIVO BERARDIN

Muito obrigado.

Quero saudar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Saudar a Lei de Responsabilidade Fiscal é preciso. O País será outro com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tivéssemos a lei nos anos em que o governador Lerner administrou o Estado, ele não teria rolado dívidas, ele não teria gasto o que gastou a mais do que arrecadou.

A Lei de Responsabilidade Fiscal tem um marco positivo, porque vai organizar as finanças públicas municipais e estaduais. Mas tem também o momento crucial, que nos leva a ver o governo vender um ativo como a Copel, para poder cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe limites, que impõe regras, impõe compromissos ao governo que ele não é capaz de cumprir. Ele tem que vender ativos porque gasta mais do que arrecada! É uma situação bastante preocupante.

E tenho o maior prazer de ceder aparte ao ilustre deputado Waldyr Pugliesi, que com certeza, com sua experiência, com seu amor ao Paraná, poderá contribuir e muito nesse momento histórico da vida do Paraná.

O Sr. Waldyr Pugliesi

Deputado Beraldin, só queria - fazendo parte deste pronunciamento importante de V. Exa. - dizer como expectador, que fui durante muitos anos, dos acontecimentos políticos, que em determinadas nações, quando os assuntos são polêmicos, quando a população não está muito decidida a respeito de determinados rumos políticos que aquela nação deve tomar, o próprio presidente da República dessas nações, ou o primeiro ministro, o que fazem? Deixam para o próximo governo decidir essas questões. Isso quando há dúvida a respeito daquilo que se deva fazer. Imagine aqui, quando não há dúvida a respeito do que devemos fazer. Nós não vamos vender a Copel.

Essa é a diferença entre governos que de maneira deliberada não ouvem aquilo que vem da sociedade, com aqueles governos que democráticos que são, estão aí para governar, no sentido de fazer o atendimento daquilo que o eleitor manda, aquilo que o eleitor, a sociedade está determinando. Fica muito clara essa posição. Quantas vezes o governo francês, o norte-americano, o inglês, sob governo trabalhista ou conservador, republicado ou democrata, de direita ou de esquerda - no caso da França - quantas vezes esses governos deixaram essa solução para depois, quando nas urnas se poderia colher de maneira definitiva uma determinação no sentido do que fazer?

Aqui fica esboçada essa cara de neoliberalismo tupiniquim, que está com inveja daquilo que os neoliberais fizeram na Argentina. Eles estão no mesmo caminho, vendem tudo. O que é que o governo Fernando Henrique fez até o momento? Pegou a Nação devendo 50 bilhões. Hoje a dívida bate em 650 bilhões! O que é que fez o governo Jaime Lerner? Pegou o governo devendo 1 bilhão. Quanto é que o Paraná está devendo hoje? E olha, foi um Governo sem fertilidade, nesse campo, o das obras! Agora querem comprar a consciência do povo do Paraná se venderem a Copel e esparramarem pelo Estado algumas obras que não terão significado nenhum para melhoria de condição de vida do conjunto da sociedade do Paraná!

Se esfarela aquilo que foi montado, juntado, durante 50 anos, por todos os governadores, pelo povo do Paraná em todos os cantos, para fazer o quê? Agradar a meia dúzia de tubarões que querem fazer um festival pantagruélico, em cima daquilo que poderão fazer com o dinheiro da Copel! E estão dizendo que partirão para a ofensiva, que nós, da Oposição, perdemos o pé de apoio. Que nós não temos idéias a não ser essa uma que estamos colocando, em todo o Paraná que é a não venda da Copel.

Se enganam, o povo do Paraná não está à venda, a consciência do Paraná não está à venda! A vergonha na cara, deste Estado, não será negociada, pela denúncia da imprensa, pela nossa presença como espectadores de tudo aquilo que aconteceu!

Estão pensando que esse é um Paraná que não tem espinha dorsal, que não vai se lembrar amanhã daquilo que fizeram ontem? Estava dizendo a imprensa ainda há pouco: os jornais feitos por eles, da imprensa, ficarão aí, sabem, como um caminho a ser apontado na direção daquilo que não se deve fazer. Estes jornais irão para as bibliotecas, serão consultados pelos paranaenses que virão amanhã!

E nós temos, sim, fica aqui uma proposta, companheiros de Oposição, façamos caravanas, depois do crime, se ele for cometido, a venda da Copel, façamos caravanas denunciando aquilo que fizeram com o Paraná, não vamos deixar ninguém esquecer! Existem neurônios nos cérebros, nas cabeças do povo do Paraná, nós não estamos à venda! Não vamos nos curvar a troco de meia dúzia de tostões que poderão chegar nos nossos municípios! Ao rei tudo, menos a honra!

O SR. NEIVO BERARDIN

Muito obrigado pelo seu aparte.

Parabéns, deputado Waldyr Pugliesi, e evidentemente que os Anais vão registrar essa sua posição.

Quem mexe com números das finanças do Estado, tem a nítida impressão que passou um Bin Laden aqui no Paraná. Foi uma coisa impressionante! Na mão de quem quebrou o IPE do Paraná? Foi na mão do Governo Jaime Lerner! Cadê o nosso IPE? Por que represou dinheiro na tesouraria da administração e não passou para o IPE?

Cedo o aparte, com muito prazer, ao deputado José Maria Ferreira, que naturalmente vai contribuir, e muito, com nosso pronunciamento, visto que é um dos deputados mais brilhantes desta Casa.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Neivo Beraldin, agradeço pelo aparte. E hoje, com certeza, espero que nós estejamos vivendo um momento de afirmação, do povo do Paraná. Casa vazia, mas não sem consciência dos parlamentares que aqui se encontram! Os parlamentares que ficaram, até o fim, para resistir à venda da Copel sabem por que estão fazendo.

Ontem, deputado Pessuti, via a Assembléia mineira, através de seu presidente, promulgar a Emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais, que colocava cláusulas impeditivas à privatização de Cemig e da Companhia de Água e Saneamento de Minas Gerais.

Gostaria, e muito, que esta Casa tivesse tido a oportunidade de defender o nosso patrimônio naquilo que é a forma mais original de fazê-lo, através de um texto legal. O Parlamento só tem força quando tem consciência daquilo que representa. E Minas, sempre deu lição de história a este País e sobretudo de cidadania. Não é à toa que é o berço da nossa independência. Mas, ela faz por justificar esse título. Agora, quando vi na presença do governador de Minas, Itamar Franco, o presidente daquela Casa de Leis promulgando uma emenda à Constituição, dificultando a venda da companhia mineira, demonstrando de que estão sintonizados com os interesses do Estado, do qual se outorga, legitimamente, como representante.

Vi, nesta Casa, derrubar por um voto de diferença, um projeto de iniciativa popular. Não vi sequer ser colocado em votação, em tramitação, um projeto que previa a instituição de um plebiscito para a venda da Copel! Lá em Minas Gerais, a lei estabelece, a lei requer que se faça uma consulta plebiscitária para saber se quer ou não, o povo vender seu patrimônio.

Nós, simplesmente, evitamos. Simplesmente não permitimos sequer, que pudéssemos ouvir o povo do Paraná, apesar de tê-lo feito de várias formas, e em inúmeras oportunidades, dizendo que não queria a venda da Copel.

V. Exa. usa a tribuna, mais uma vez, para trazer questões importantes, especialmente da Copel, da Sanepar, a questão do Meio Ambiente. Mas, tivéssemos nós um governo interessado em todas estas questões, teríamos buscado alternativas para a questão da Copel.

Vender a Copel, neste momento, não é vender um patrimônio! É fazer a outorga deste patrimônio!

E espero, senhor deputado, que nós, amanhã, não façamos no Rio de Janeiro, e que esta Casa possa, na quinta-feira, estar aqui com muito mais alegria do que estamos hoje, e apreensivos. Mas, estão muito mais apreensivos aqueles que votaram contra a manutenção da Copel, na titularidade do poder público, porque existem duas ações que estão a suspender.

Uma delas, se me permite - para não alongar ainda mais meu aparte - subscrita pelos partidos, suas lideranças, em que notificam as empresas interessadas na aquisição, com o seguinte teor (Lê):

“Seja determinada a notificação dos requeridos, a fim de prevenir responsabilidades, prover a conservação e ressalva dos seus direitos e dos cidadãos paranaenses, manifestar intenção de modo formal e expresso em face das empresas interessadas em participar do leilão da Copel, e de todo o processo de privatização da empresa, será anulada pelos futuros governantes do Estado do Paraná, tendo em vista a ausência de interesse público e ilegalidade generalizada no processo de desestatização da Copel, com base no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei 8666/93”.

Mais uma vez, a sociedade paranaense do futuro diz para a sociedade do presente que nós havaremos de continuar lutando pela manutenção da Copel, enquanto pública.

Obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Vou concluir.

Eu não poderia deixar a tribuna sem fazer uma menção aos nossos três senadores: Requião, Osmar Dias e Álvaro Dias, que não mediram esforços em lutar conosco neste bom combate em prol da população do Paraná.

Então, gostaria que ficasse registrado nos Anais a nossa gratidão aos três senadores pela solidariedade e a nossa esperança que a ação do senador Álvaro Dias possa lograr êxito, ainda hoje, para suspender de uma vez por todas, esta ameaça que está sobre a nossa cabeça de perdermos a nossa Copel.

Agora, ao mesmo tempo que cumprimento aos senadores, quero cumprimentar os deputados que resistiram conosco.

Olhem, a história política dos que resistiram, agigantaram-se perante a opinião pública; os que sucumbiram, apequenaram-se.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passar ao Horário das Lideranças, gostaria de registrar na tribuna de honra a presença do Dr. Paulo Gonçalves, prefeito de Campina da Lagoa.

Agradecemos a presença.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, simplesmente também para registrar a presença aqui na tribuna de honra, do Dr. Oswaldo de Souza Calixto, brilhante advogado do Paraná e presidente do PPS da minha cidade, aliás, deputado Souza Calixto, o seu partido tem dois grandes deputados, nesta Casa, o deputado Cezar Silvestri e o deputado Marcos Isfer, e certamente pelo trabalho que está realizando o PPS, tem condições de crescer, e eu espero que nós pos-

samos estar juntos na eleição do ano que vem, para darmos novos rumos administrativos ao Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Também, para registrar, senhor presidente, que embora não tivemos a oportunidade de termos aqui, no Estado do Paraná, o plebiscito da Copel, mas muitos municípios o fizeram.

Gostaria de registrar que Francisco Beltrão foi um desses municípios, onde mais de 97% votou pela não venda da Copel.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário das Lideranças.

PL, PST, PSL, PPS.

(Declinam)

PT, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Recebi, dias atrás, um relatório do secretário de Ciências e Tecnologia, o Ramiro Wahraftig. Ele compareceu à comissão que investiga as irregularidades nas Universidades Estaduais e nos passou o relatório.

Neste final de semana, eu vi publicações nos jornais de circulação no Estado do Paraná, Folha do Paraná e na Gazeta do Povo, também um relatório das Universidades de Ensino Superior no Estado.

Gostaria, apenas para dar conhecimento, para que a gente refrescasse um pouco a memória, a Universidade Estadual de Londrina que é a terceira do Brasil, por este questionário feito pelo MEC, eu não sou nenhum adepto deste tipo de avaliação, mas é a terceira do País a Universidade Estadual de Londrina. Ele tem previsto para este ano um repasse de 114 milhões de reais.

Nós, em contato com os administradores e o reitor da Universidade, percebemos que desses 114 milhões de reais, 97% é para custeio. Desse custeio, entenda-se praticamente o pagamento dos salários dos servidores e professores da Universidade Estadual de Londrina. Ela tem 1483 professores e 3725 funcionários.

Na Universidade Estadual de Londrina funciona um hospital universitário que atende a comunidade de Londrina e região, perto de 200 municípios, com o SUS.

Tem, também aqui, o relatório da Universidade Estadual de Maringá, previsto para este ano, 84 milhões de reais de repasse do Tesouro do ICMS do Estado do Paraná, para o custeio.

Também 90. Alguma coisa desses recursos é para o pagamento dos servidores do Estado e dos professores da UEM. Ela tem 2400 funcionários e 1206 professores.

Tenho aqui também a proposta de 2001 para a Unioeste e seus dados: são 29,7 milhões, 739 professores e 476 funcionários. Tanto a UEM quanto a Unioeste administram o Hospital Universitário. O Hospital de Cascavel atende perto de 60 municípios do Oeste do Paraná, através do SUS. Na UEM, a mesma coisa.

Parece que há uma insensibilidade muito grande por parte do Governo do Estado do Paraná. As universidades estão em greve, a de Maringá, Londrina e de Cascavel. Os professores e os funcionários pleiteiam o aumento do repasse do ICMS para as universidades. Desde 1997, quando em 1998 foi conquistada a autonomia, o percentual do ICMS vem diminuindo. Em que pese a diminuição do repasse, tivemos nessas três universidades um aumento considerável da qualidade do ensino. O número de doutores e de mestres da UEL, UEM e de Cascavel, quintuplicou. E os recursos de graduação também aumentaram nesses três centros universitários de produção do saber do Estado do Paraná. Apostar no saber e investir no conhecimento é investir no desenvolvimento tecnológico, agropecuário, na geração de riqueza do Estado do Paraná.

Pasmem os senhores, tive a oportunidade de, olhando esses números, percorrer o orçamento do Estado do Paraná. Temos uma estrutura no Estado. Ele é dividido em atividades de meio e de fim, do qual se presta a organização do nosso Estado. A educação, a segurança, a saúde é uma atividade de fim. Onde o Estado está, de alguma forma, direcionado a realizar.

Vejam: UEL - previsto para este ano - 114 milhões de reais. Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, que eu saiba não empenha obras, não tem nenhum maquinário, não tem nenhum diretor que possa mandar construir uma pequena estrada ou uma creche. Casa Civil do Estado do Paraná - 111 milhões previsto este ano. Previsto para o ano que vem, 146 milhões.

Como é que pode o Sr. Alceni Guerra, que fica no 3º andar do Palácio Iguaçu e que congrega não mais do que vinte funcionários na sua secretaria, consumir o equivalente à UEL, que atende 200 municípios, que tem um hospital universitário, que tem um corpo de funcionários na ordem de 5 mil e que atende perto de 12 mil alunos?

Como pode um terceiro andar do Palácio Iguaçu, uma atividade-meio, consumir o equivalente à UEL? Há uma inversão de prioridades. Há uma discrepância no elencar de prioridades no Governo do Estado do Paraná. Vamos deixar de lado o aumento de verba da Casa Civil.

Vejamos, chefia do gabinete do governador. Todos sabemos que o Governador Jaime Lerner é um homem dado à criação de cargos; temos aí perto de trinta secretarias. É, na realidade, algo que só drena os recursos do Estado do Paraná.

Na estrutura do gabinete do governador, temos a chefia da Casa Civil; chefia do Gabinete do Governador e uma Secretaria de Estado de Governo. Pois veja bem, a chefia do Gabinete do Governador, do qual faz parte o Sr. Gerson Guelmann, tem uma dotação orçamentária de seis milhões e meio para este ano. Para o ano que vem nove milhões. Um aumento de quase 50%!

A Secretaria de Estado do Governo, no qual hoje, se não me falha a memória, é o senhor Cid Campelo o secretário encarregado de dar os pareceres e que tem perto de dez, quinze funcionários, advogados que traba-

lham com ele, teve este ano uma dotação orçamentária de dois milhões. Razoável, entendendo toda dinâmica, custos, tal. Exagerado, mas vamos que seja razoável. Sabe para quanto vai o ano que vem? Treze milhões, quase quatorze milhões o aumento! É um aumento de 500% em cima da Secretaria de Estado de Governo!

Ora, se as Universidades Públicas não estivessem precisando de recursos, poderíamos até entender que essas estruturas, meios do Governo, pudessem estar aquinhoadas com vultosas verbas. Estamos falando aqui de não poucos recursos, senhor presidente, senhores deputados, no total, a chefia de Gabinete do Governador do Estado do Paraná, vai consumir no ano que vem, quase 70% das verbas destinadas ao ensino público superior do Estado do Paraná, nas verbas repassadas pelo Tesouro!

Então, acho que alguma coisa está muito errada! Precisamos corrigir essa distorção, não dá para o governador Jaime Lerner destacar 145 milhões de reais para Casa Civil, do senhor Alcení Guerra, enquanto destina 80 milhões para a Universidade de Maringá, 30 milhões para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 114 milhões para a Universidade Estadual de Londrina! Tem alguma coisa errada, a Assembléia Legislativa não pode permitir que essa situação aconteça no orçamento do ano que vem!

Os professores estão em greve, reivindicam 40%, 50% de reajuste dos seus salários. Eles fizeram a parte deles: fizeram o curso de mestrado, estão dando aula, criaram um curso de doutorado, estão qualificando melhor os nossos alunos, a nossa juventude, estão dando qualidade no ensino do Estado do Paraná, estão sendo premiados a nível nacional e a nível internacional, e o governo do Estado não reconhece e ainda faz um acinte, faz uma provocação à consciência cívica do Estado do Paraná, ao destacar volumes extratosféricos para o gabinete do governador!

Não sei onde foi gasto, deputado Antonio Anibelli, porque a Casa Civil não vai comprar um carro, a Casa Civil não pode construir uma creche, não pode construir cem metros de calçamento de estrada no Estado do Paraná, não pode dar uma bolsa de estudo para um estudante! E, no entanto, tem mais verbas para Casa Civil do que para sua universidade, deputado Moysés Leônidas.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Vanhoni, solicito a V. Exa. se pode usar o Horário da Liderança da Oposição, tendo em vista que já extrapolou o horário do partido.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Consulto o Líder das Oposições.
(Assentimento)

O Sr. Moysés Leônidas

Concede um aparte, deputado?
(Assentimento)

Eu até mudei a cadeira para usar o microfone aqui, porque não sou líder do Governo e nem quero ser. Mas, V. Exa. coloca com eloquência essa comparação e a maioria absoluta dos deputados, acho até que os deputados de Oposição, e V. Exa. está dizendo aí que também não tem conhecimento desta comparação de que a Casa Civil gasta um tanto e a Universidade não gasta.

O discurso de V. Exa. é correto e cada um segue de uma forma. Então, gostaria de dizer a V. Exa. que, comparativamente, V. Exa. está com os dados na mão, pode observar.

Em 1994, o governo gastou com a Universidade Estadual de Londrina, 26.3 milhões, se não me falha a memória. E para este ano de 2001, está gastando 117 ou 116 milhões, e já reconhecidamente, por V. Exa., que nesse aspecto, no ensino superior, o governo Lerner fez um investimento substancial e esse investimento foi em todas as universidades que estamos acompanhando.

Pois bem. Já colocado por V. Exa. que isso é positivo para o nosso Paraná, e é muito positivo para a Universidade Estadual de Londrina, falando, especificamente, da minha província.

Ocorre que, enquanto em 94, V. Exa. poderia ler para mim, quantos doutores haviam em 94? V. Exa. tem condições de ler?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Vou ler para o senhor.

Em 94, na UEL, doutores tínhamos 272, e hoje, contamos com 483. Mestres, nós tínhamos 500, hoje temos 589. Especialistas, 340, aqui vai diminuindo. Quando você vai aumentando os doutores, significa que os mestres vão se transformando em doutores!

O Sr. Moysés Leônidas

É exatamente o que eu queria continuar no meu aparte a V. Exa.

Então, houve um aumento, isso em um ápice, deixar de reconhecer no governo Lerner, em todas as universidades, pode ver que aconteceram exatamente, esse investimento que é um investimento muito forte do Paraná.

Não quero contestar, estou fazendo parte, sou relator dessa matéria e quero investigar, especificamente, a Universidade Estadual de Londrina, e deixar até para V. Exa., que tem uma grande liderança no seu partido, para que façamos aqui uma questão de conscientização. Porque, enquanto o governo gasta essa importância e acha que o que repassa é muito, e quem recebe, quando recebe acha que é pouco, nós também temos que entender que a maioria absoluta de dinheiro gasto com doutores, com mestres, eles não estão dando a seqüência desse atendimento para a Universidade! E isso eu tenho denúncia da Universidade Estadual de Londrina.

Ou seja, o Estado investe no cidadão, para que ele seja mestre, investe nele para que ele seja doutor, e o retorno é muito pouco. Até para não se cometer injustiça,

não se trata de tratar o assunto individualmente. Já é um conceito geral e conjuntural no ensino do Paraná.

Então, se eleva a categoria de mestre, se eleva a categoria de doutor, falta professor em sala de aula, e a qualidade de ensino está lá em baixo.

Então, hoje, quando vejo que nesse provão, que eu também sou como V. Exa., não concordo muito com esse tipo de avaliação, coloca a Universidade Estadual de Londrina, com muito orgulho, como a terceira maior, a terceira melhor do Sul do País imagine então, como é que estão as outras!

Que nessa Comissão, vamos trazer para cá, alunos inclusive, que vão depor para poder dizer da qualidade do ensino.

Tem cursos lá em Londrina, como o curso de Direito, por exemplo, que começou no 1º, no 5º ano, graduado, deram o diploma para a turma, sem que tivessem sequer, por exemplo, uma aula de Direito Romano, que é fundamental no curso de Direito!

Então, queria até apelar para V. Exa. fazer um questionamento, que é público. Por que é, por exemplo, que o Rio Grande do Sul, que é um Estado vizinho nosso aqui, consegue ter 4 universidades federais? Por que o Rio de Janeiro pode ter 12, por que Minas Gerais tem 16, e aqui no Paraná tem que arcar com o ensino superior, sem ter nenhuma ajuda do Governo Federal?

Aonde estão os nossos senadores, aonde estão os nossos deputados federais?

Não é de agora! E a crítica também não é uma crítica dessa época, que se critica tudo.

Acho que todos nós que fazemos parte dessa política contemporânea, no Estado do Paraná, deveríamos levantar sobre responsabilidade essa questão!

Porque, enquanto o governo do Estado do Paraná, gasta não só com as universidades, mas com as faculdades isoladas, sai do bolso do contribuinte!

A Universidade Estadual de Londrina que pesa e aparece no cenário, como a terceira melhor no Sul do País, também é a terceira na preferência dos paulistas. E nada contra, porque a nossa Constituição permite o direito de ir e vir

O paulistano quer estudar na USP, depois na Unicamp, depois quer a Universidade Estadual de Londrina, e nós, aqui, no Paraná, estamos pagando o que o Governo Federal não nos dá de retorno!

Então, deputado Vanhoni, V. Exa. que é eloquente, e que coloca e expressa bem o seu ponto de vista, não acho que devêssemos nós entrar no seu discurso fazendo um comparativo, que eu também não concordo, se a Casa Civil gasta mais do que a Universidade, porque não é por aí a discussão. Corremos o risco, até, de cairmos em descrédito com uma colocação assim, porque não sei lá a atividade, exatamente, do que é que tem uma Secretaria ou outra.

Agora, o que deveríamos é fazer com que, e pretendo no final dessa comissão que foi proposta por mim, fazer com que o Governo Federal assuma a responsabili-

dade de ajudar o Paraná nesse questionamento. Nós só temos, aqui, a Universidade Federal do Paraná aqui em Curitiba, porque também ostentamos aqui o título de sermos a primeira Universidade do País! Agora, também não é justo que o estado do Paraná pague para manter a quantidade de gente que vem de fora, sem o recurso Federal!

Se V. Exa. for a Londrina, e já foi uma vez, mas pegue a estatística, por exemplo, da quantidade de alunos que vêm de outros Estados, atraídos pela qualidade “aparente” que tem o ensino da Universidade Estadual de Londrina. Só que eu, por exemplo, já recebi inúmeras reclamações de mães, de pais, que os filhos não conseguem passar no vestibular da Universidade Estadual de Londrina, em detrimento daqueles que vêm de fora, principalmente quando o vestibular era, na Universidade Estadual nossa, de Londrina, feita por exemplo em São Paulo, confeccionada em São Paulo. Os diretores e professores de cursinhos de São Paulo ajudam a elaborar as provas e, no curso de Medicina por exemplo, 40% já estava dedicado aos alunos que eram alunos desses cursinhos de provas elaboradas pelos seus professores!

Então, quero defender até que V. Exa. continue com a sua tese, embora não goste de fazer essa comparação, porque não diz muito respeito, o ensino superior do Paraná cresceu, só que estamos pagando, e pagando muito caro para manter, sem ter nenhuma ajuda da União! Acho que a União, e nós poderíamos começar pela Assembléia uma campanha no sentido de fazer com que a União divida conosco a responsabilidade de manter o custo do ensino superior do Paraná, que acho que deva até continuar sendo gratuito, mas que não seja só com os sacrifícios dos impostos que os paranaenses pagam.

Só para complementar, que ainda vou, até se V. Exa. me permite, estou esperando passar essa nuvem da Copel, que a discussão aqui hoje está só em torno da questão da Copel - hoje que eu digo esse semestre - para depois que passar essa questão voltarmos a discutir o ensino, porque, deputado Vanhoni, pode ter certeza V. Exa. que vive na capital, é filho aqui da Capital, o interior do Estado sofre muito com a questão do vestibular quando o filho não entra na Universidade. Eu sei o sofrimento da família que vem de Jataizinho, que vem de outras cidades menores, que tenta a Faculdade de Londrina, não passa, porque o filho do rico está melhor preparado, porque foi para uma escola particular, porque teve cursinho, porque aprendeu língua em escola especializada, e outras línguas, no caso o inglês, a matemática, a física, ganha, e o filho do pobre vai pagar na Universidade particular aquela quantia que nós sabemos que é muito difícil!

Então quero trazer depois essa discussão, porque acho que é muito importante, já que o Estado do Paraná gasta bastante e está aí dito por V. Exa., apesar de todas as críticas feitas, nesta área do ensino superior o Governo do Estado tem matematicamente provado, estatisticamente, que investiu bastante, só falta mestres e doutores

voltarem às salas de aula para a formação, porque temos carência de professores enquanto sobram doutores. Muito obrigado!

Desculpe o aparte, deputado!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Bom, eu diria que V. Exa. - agradeço o seu aparte, enriquece o nosso debate. Se nós temos uma preocupação com os filhos da família de Jataizinho devemos apostar no ensino público e na Universidade Pública do Ensino Superior, porque a família carente, a família da maior parte da população pobre do Estado do Paraná não frequenta cursinho pago e não frequenta escola particular, ela frequenta a escola pública e a escola pública, infelizmente, no governo do Senhor Jaime Lerner, tem sido a pior escola pública dos últimos anos, haja vista o que tem sido feito nas escolas de ensino médio do Estado do Paraná.

Além disso, deputado Moysés Leônidas, como é um deputado que dá apoio ao Governo, poderia nos ajudar e muito, nesse sentido.

Vossa Excelência poderia fazer uma pequena diligência, junto com outros colegas seus na Casa Civil e ver onde o chefe da Casa Civil gasta 145 milhões de reais previstos para o ano que vem! A qualidade dos cursos da UEL, eu não concordo com o teste da avaliação. Mas veja como o discurso, a situação é contraditório: uma hora o senhor diz que o curso de direito sequer apresenta aulas de Direito Romano. E o Ministério da Educação dá um prêmio à Universidade Estadual de Londrina, dizendo que ela é a terceira Universidade do País!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

É porque lá os alunos são alimentados, não só de arroz e feijão, são alimentados de escolas particulares. Aí é mais fácil.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não é porque os alunos estão alimentados.

Afora isso, em que pese o discurso de 1994, até hoje de 1997, o próprio Ramiro confirma, de 1997 até agora o dinheiro repassado do Tesouro só diminuiu para custeio e os professores é que se entusiasmarão, é que se dedicaram para entrarem em cursos de mestrado e além do curso de mestrado defender teses de doutorado. Quer dizer, a qualificação dos cursos de graduação na Universidade Estadual de Londrina e nas outras, só melhorou a qualidade. E não foi por recursos repassados, porque de 1997 até 2001 só decresceu o repasse. Há uma contradição, o governo diminuiu o repasse e a qualificação dos professores aumenta.

É tributo de quem?

É tributo do governador que foi lá ministrar um curso para os professores? Que liberou verbas para os professores?

Não, é tributo dado ao corpo docente da Universidade, que tem amor, que tem dedicação e que acredita

que o Paraná pode ser um Estado com desenvolvimento econômico integrado, sobretudo no interior.

Mais ainda, V. Exa. tem razão quando diz que o Rio Grande do Sul tem cinco universidades federais. Eu conclamo o governador, o qual o senhor apóia, o senhor Jaime Lerner, a encetar uma batalha, a capitanear uma batalha junto à União para que o Estado do Paraná é que não tem liderança!

Eu não me recordo do governador Jaime Lerner ter ido à Brasília, uma única vez nesses oito anos, defender uma causa do Estado do Paraná, a não ser defender a privatização do Banco do Estado, a não ser defender a privatização do Porto de Paranaguá, a não ser defender a privatização das estradas e a não ser, defender a privatização agora, da Copel, causas dos paranaenses! Como a energia, que não seja cobrada no consumo, mas seja cobrada na geração, o que traria riquezas para nós e que São Paulo roubou, o governador não toma conhecimento! Quer dizer, não há gesto da liderança maior, em nome do Estado do Paraná.

Se o Rio Grande do Sul é respeitado, é porque os governadores do passado, porque a bancada de deputados federais lideradas pelos seus representantes maiores, que são os seus senadores e o seu governador, tiveram a ousadia de pleitear essas medidas do Governo Federal, infelizmente o Paraná não tem governo e não tem liderança!

Eu agradeço o seu aparte, enriquece o debate e daqui para frente gostaríamos de poder tratar melhor essas questões do ensino superior.

Era isso, senhor presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças: PPB, PMDB, PSDB, PTB, Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Na Liderança da Oposição, já usou da palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para registrar nos anais da Casa o seguinte: ontem houve apoio para um projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck. Vejam bem, senhores deputados, de um lado estão apressados como o diabo para vender a Copel, e agora vejam aqui: autoriza a construção da pequena central hidrelétrica de Salto Natal, no município de Campo Mourão.

Então, vejam bem, vende-se aquilo que nós temos pronto e acabado, competitiva, lucrativa e tudo mais! Bom, isso ontem, teve apoio... hoje o próprio deputado Nelson Tureck que não está presente, já requer que a votação do projeto que teve apoio ontem seja feita em regime de urgência!

Olha o absurdo - vocês têm nas mãos a Copel, estão destruindo a Copel, estão colocando a Copel nas mãos não sei de quem e ao mesmo tempo estão aqui apressadinhos para construir hidrelétricas, inclusive está aqui a primeira discussão do Projeto de Lei 349, autoriza

a construção da usina hidrelétrica de Ourinhos, nos municípios de Jacarezinho e Ribeirão Claro.

É gozado, você tem uma roça plantadinha, está produzindo, você vai lá joga agrotóxico, destrói de qualquer maneira a tiros e imediatamente ficam - oh, me dá um pedacinho de terra, quero plantar! Mas por que você destruiu aquilo que estava plantado? Mas que rumo tem este governo? É aquilo que nós estamos dizendo aqui: querem vender a Copel para botar a mão no dinheiro para, de maneira tresloucada, saírem aí para o interior para ver se realizam algumas obras, seguramente a maior parte delas com um significado simplesmente eleitoreiro e é preciso que fique registrado nesta Casa este dúvida comportamento de um governo que tem a intimidade com essas coisas, como a barriga da cobra tem com o chão.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para fazer um comunicado à Casa que estou voltando de uma reunião com os presidentes de Assembléias, em Goiânia, a pedido do presidente Hermas Brandão e a semana que vem vamos fazer o debate sobre as propostas de emendas constitucionais que as Assembléias Legislativas do Brasil deverão discutir e aprovar ou não, através de decreto legislativo para ser apresentado.

Mas o que eu venho falar aqui, senhor presidente, é que saiu hoje no jornal O Valor, a informação que a Vale do Rio Doce e a Votorantin, que formam o consórcio Maromba, que aliás Maromba no Paraná é o nome registrado da minha pequena microempresa lá da minha querida cidade de Medianeira, empresa que distribui periódicos, não sei como é que vai ficar isto - a Maromba deles é nacional, a minha é estadual.

Mas, senhor presidente, o consórcio Maromba desiste, informa no jornal que está desistindo e que o adiamento por mais dez dias fará com que eles não voltem - tem que ser pelo menos por um mês o adiamento do leilão.

Então, na prática, se confirmada esta informação, amanhã não poderemos ter só dois consórcios participando do leilão ou ainda não está confirmado até o momento também a participação da Tractbel, também não está confirmado porque eles não conseguiram os 400 milhões para depositar até hoje às 18 horas.

E no final da reportagem, deputado Caíto Quintana, deputado Anibelli, ilustre presidente Augustinho Zucchi e Neivo Beraldin, diz o seguinte, olha o que o jornal fala e é um jornal especialista em assuntos econômicos: “de fato, o governo do Paraná não tem muitas opções neste momento - se não vender a Copel o Estado corre o risco de perder cerca de 70 bilhões de suas ações, o equivalente a 39% dos 31% do capital que ainda está em seu poder. As ações foram caucionadas no Banestado com uma garantia dada à União para sanear o então banco estatal que havia comprado títulos podres de estados e municípios. As ações estão hoje com o Banco Itaú, que

comprou o Banestado há um ano. Para resgatar as ações, sem vender a Copel, o governo tem que desembolsar quinhentos milhões. Se não conseguir o dinheiro até a metade do ano próximo, as ações passam a ser propriedade do Itaú. Hoje, no valor de mercado custariam 1,4 bilhões. É gravíssima essa informação! O jornal abre a informação, como de fato, conclui a essa informação que não há como questionar, mostrando claramente o desmando, a falta de controle moral e ético do Estado, que faz com que o governo hoje - é imperativo a venda da Copel, não para colocar dinheiro na Previdência, não para fazer investimentos também pré-eleitorais, mas acima de tudo, para que o governo não saia prazo, ao final de seu mandato, porque seis negociatas com títulos podres rolaram, enganando o povo até agora. Está aqui neste jornal!

Deputado Caíto Quintana e deputado Waldyr Pugliesi, nosso líder, o jornal trata desta matéria, com matéria de capa.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Quadro Resumo por Governadores, Integralizações de Capital efetuadas pelo Estado do Paraná, subscrito pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, Diretoria de Finanças e Coordenadoria de Gestão Contábil, constante do expediente. **Acrrescentar ao discurso do deputado Caíto Quintana.**

Expediente subscrito pela Coordenadoria do Fórum Popular contra a venda da Copel, constante do expediente, encaminhando documentação ao Exmo. Sr. Juiz da 7ª Vara Federal de Curitiba da Sessão judiciária do Estado do Paraná. **(encaminhar xerocópia ao senhor Governador do Estado).**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 2 (dois) de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Her-
mas Brandão constante do expediente. Necessita de apoi-
amento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da
Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores
deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 431/2001, de
autoria do deputado Valdir Rossoni, que dispõe sobre
alterações à legislação do Imposto sobre Operações Rela-
tivas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de
Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e
de Comunicação - ICMS. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 431/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam introduzidas as alterações constan-
tes desta lei na legislação do Imposto sobre Operações
Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações
de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal
e de Comunicação - ICMS.

Art. 2º - Poderá o estabelecimento que realizar a
industrialização de leite, ou o que tenha encomendado a
industrialização, em substituição ao aproveitamento nor-
mal de créditos, optar pelo crédito de importância equiva-
lente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor das
subseqüentes operações de saídas interestaduais dos pro-
dutos resultantes da industrialização.

§ 1º - O crédito correspondente ao percentual refe-
rido no *caput* deste artigo:

a) será feito sem prejuízo daquele relativo à
entrada, na proposição das saídas em operações interesta-
duais, de;

1 - leite, inclusive em pó, originário de outro
Estado;

2 - energia elétrica ou óleo combustível utilizados
no processo industrial;

3 - embalagens destinadas à comercialização de
leite.

b) condiciona-se a que a operação de saída seja tri-
butada ou, não o sendo, haja expressa autorização para
que o crédito seja mantido.

§ 2º - A opção de que trata o *caput*:

a) deverá ser declarada em termo no livro Registro
de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocor-
rências, devendo a renúncia a ela ser objeto de novo
termo, termos esses que produzirão efeitos a partir do pri-
meiro dia do mês subseqüente ao mês da sua lavratura;

b) não compreende as operações cujos produtos
sejam objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

Art. 3º - Fica reduzida para 58,33% (cinquenta e
oito vírgula trinta e três por cento) a base de cálculo nas
operações interestaduais, sujeitas à alíquota de 12%
(doze por cento) com margarinas, maioneses, cremes
vegetais, gorduras vegetais hidrogenadas e óleos vege-
tais, promovidas diretamente pelo estabelecimento indus-
trial ou encomendante da industrialização.

Parágrafo Único - A redução de base de cálculos
prevista neste artigo não acarretará a anulação propor-
cional dos créditos correspondentes às entradas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.10.2001.

(aa) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/2000, de auto-
ria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o
Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional
da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
com sede em Dois Vizinhos e dá outras providências.
**COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E
CAIC.**

Verificação de votação, a pedido do deputado Wal-
dyr Pugliesi.

**Não há quórum para o prosseguimento da Ses-
são.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente
Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 31, à hora
regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 018, 150 e
373/2000; 063, 079, 265, 323, 337, 349, 465, 480,
501, 506 e 535/2001.

Levanta-se a Sessão.